

Desrespeito de quem assaltou Petrobrás

PT debocha de eleitor com registro falso de 'candidato' inelegível



Ficha suja condenado por corrupção não anexou as certidões que a lei exige

Alguns atores, de notória canastrice, promoveram um registro de mentira da candidatura de Lula no TSE. Lula e seus sequazes sabem que, condenado duas vezes e preso por receber propina das empreiteiras que assaltaram a Petrobrás, ele não pode ser candidato. Portanto, o negócio é impedir que o povo tenha uma alternativa própria. A palhaçada de quarta-feira é apenas isso, além da demonstração pública de que, se pudessem, os lulistas passariam por cima das leis contra a corrupção – o que é uma confissão de seu próprio caráter corrupto. **Página 3**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira



Programa de João Goulart é dobrar o salário mínimo para país crescer
"Distribuir a renda, superar a crise e desenvolver o Brasil" é o objetivo central do programa registrado pelo candidato João Goulart Filho (PPL) no TSE, nesta quarta-feira, que pretende "dobrar o salário mínimo em quatro anos" para ampliar o mercado interno e ativar a economia. **Pág. 3**

Patrimônio oficial de Lula cresceu 852% depois da eleição de 2006

Pela declaração de bens no TSE, o patrimônio de Lula teve um aumento de 852% na comparação com o declarado na campanha de 2006 – última vez em que ele concorreu a cargo público. A inflação do período (2006 a 2018) foi de apenas 99,62%. O patrimônio declarado hoje é R\$ 7,988 milhões. **Pág. 3**

Economia recua por 3 trimestres e IBC-Br fica negativo em 0,99%

Roberto Jayme - TSE



Eleitor precisa saber os reais concorrentes, diz Rosa Weber

A nova presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Rosa Weber, afirmou que um candidato pode ter o registro indeferido "de ofício" pelo ministro relator, sem provocação do Ministério Público, candidatos ou partidos, se não possuir condição de elegibilidade. Para Rosa, tem que se tomar uma decisão célere para preservar o eleitor. **Página 3**

A economia brasileira encolheu -0,99% no segundo trimestre, na comparação com os três primeiros meses do ano, segundo o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado nesta quarta-feira (15). Os índices vêm declinando desde o final do ano passado quando, nos últimos três meses de 2017, a economia já patinava, com crescimentos próximos de 0%. **Página 2**

Odebrecht conta em juízo que deu R\$ 9 milhões de propina a Picciani e mais R\$ 23 milhões para o Pezão

O ex-presidente afastado da Alerj, Jorge Picciani (PMDB) recebeu R\$ 9 milhões de propina da Odebrecht, segundo relatou o ex-presidente de Infraestrutura da construtora, Benedito Barbosa da Silva Júnior, nesta quarta-feira, na Operação Cadeia Velha. Contou ainda que a empreiteira deu R\$ 23 milhões para Pezão (PMDB) fazer campanha. **Página 4**

Alckmin depõe em inquérito sobre jabá de R\$ 10 milhões da Odebrecht

O ex-governador de São Paulo e candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, depôs na sede do Ministério Público paulista na tarde da quarta-feira (15) sobre a ação em que é investigado por receber dinheiro irregular nas campanhas de 2010 e 2014. **Página 3**

Sexta é dia d'A Teia da Aranha Dourada'

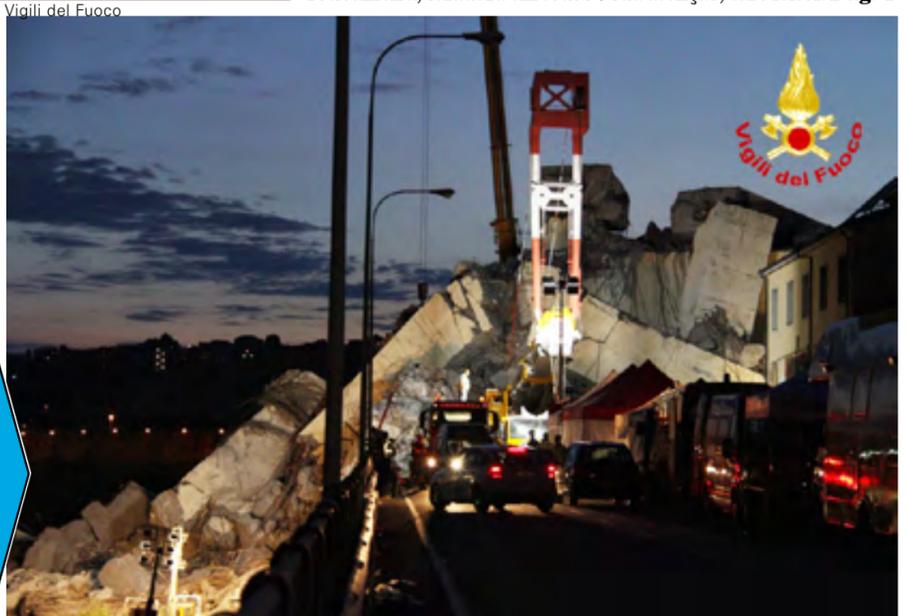
A partir deste número, o HP apresenta: A Teia da Aranha Dourada, folhetim escrito por Rodrigo Leste. Corrupção, roubar, safadeza em todos os níveis, do político ao sexual, fazem parte desta trama que, de maneira ágil e bem humorada, vai te enredar, prender sua atenção, caro leitor. **Pág. 4**

Motorista distraído não reparou que caiu R\$ 1.979.816,40 na sua conta. Ele guiava o diretor tucano da Dersa

Em seu depoimento à Polícia Federal, Valdir dos Santos Paula, motorista de Pedro Silva – diretor de Engenharia da Dersa preso em 21 de junho, na Operação Pedra no Caminho – disse que "não sabe explicar como, no ano de 2013, teve R\$ 1.979.816,40 de crédito em sua conta bancária; tampouco sabe explicar como, no ano de 2014, sua conta possa ter movimentado R\$ 2.132.713,57". **Página 3**

Rodovia privatizada protelou os reparos em ponte na Itália

A Atlantia, administradora privada da rodovia, resolveu economizar adiando os reparos estruturais na ponte Morandi, que desabou na terça-feira matando ao menos 39 pessoas em Gênova, Itália. **Pág. 7**



Governo recua e desiste de cortar ainda mais educação

Comércio de S. Paulo perde 5,8 mil empregos em junho

Segundo levantamento feito pela Fecomércio-SP, o comércio paulista fechou 5,8 mil postos de trabalho apenas na passagem de maio para junho. A pesquisa leva em consideração os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e contabiliza postos com carteira assinada.

Os analistas atribuem o resultado à greve dos caminhoneiros, que parou o Brasil por 11 dias no final de maio como resposta ao aumento abusivo do preço dos combustíveis.

No entanto, a atividade comercial do estado mais rico do Brasil vem sofrendo os efeitos da crise há meses. Somando os trabalhadores que perderam o emprego em junho, o comércio paulista demitiu 33,7 mil pessoas nos primeiros seis meses de 2018, o que desmente a propaganda de recuperação do governo Temer.

A Fecomércio avalia que o resultado é fruto do “consumo repressado” das famílias brasileiras e do “desempenho frustrante da economia”.

Os setores do comércio que mais contribuíram para as demissões em junho foram as lojas de vestuário, tecidos e calçados (-1,8 mil trabalhadores) e o varejo de materiais de construção (-1,2 mil).

De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as vendas do varejo no país caíram 0,3% na passagem de maio para junho. No mês anterior – antes, inclusive, da paralisação dos caminhoneiros – a queda foi de -1,2%.

O desemprego e o subemprego total medidos segundo os critérios da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – Pnad Contínua, também do IBGE, já atinge quase 28 milhões de brasileiros.

Economia recua -0,99% no 2º trimestre, aponta IBC-Br



Produção industrial teve queda de -2,5% no segundo trimestre



Aeroporto de Recife está entre os aeroportos que serão privatizados

Governo reduz em 50% lance mínimo exigido para leilão de 12 aeroportos

O governo Temer diminuiu em mais da metade o lance mínimo dos leilões de 12 aeroportos dos blocos Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, que pretende privatizar ainda este ano.

Nesta nova rodada de privatizações, o bloco Nordeste, formado pelos aeroportos de Recife, Macaé, Aracaju, João Pessoa, Campina Grande (PB) e Juazeiro do Norte (CE) teve o lance mínimo reduzido de R\$ 360,4 milhões para R\$ 173 milhões.

Já o Bloco Sudeste, que inclui os aeroportos de Macaé, no Rio de Janeiro, e Vitória, no Espírito Santo, o governo reduziu o lance mínimo de R\$ 66,8 milhões para R\$ 33,1 milhões. E o Bloco Centro-Oeste, que inclui os terminais, de Cuiabá, Sinop, Rondonópolis

e Alta Floresta, todos no Mato Grosso, a redução foi de R\$ 10,4 milhões para R\$ 2,3 milhões. O terminal de Barra do Garças (MT) não será incluído nesta rodada.

O governo não fixou nenhuma restrição na concorrência, o que significa que consórcios que já administram outros aeroportos no Brasil poderão participar da licitação. Além disso, um mesmo grupo pode administrar todos os blocos privatizados na rodada.

Com o mandato preste a terminar, Temer segue com a política de sua antecessora, Dilma, de jogar no varejo os aeroportos brasileiros, para locupletar grupos de especuladores estrangeiros. Em 2011, Dilma iniciou a entrega dos três maiores

aeroportos do país, o de Guarulhos (SP), Viracopos (SP) e Brasília (DF).

Segundo a Associação Brasileira de Aviação Geral (Abag) e a Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata, na sigla em inglês), que agrega cerca de 280 companhias aéreas, as privatizações de aeroportos ao redor do mundo, inclusive no Brasil, encareceram os serviços aos usuários (aéreas e viajantes, os consumidores finais) e não trouxeram ganhos de eficiência substanciais. Na avaliação da Iata, que realizou um estudo em 90 aeroportos ao redor do mundo, as vendas ou concessões de aeroportos têm servido principalmente para gerar caixa rápido aos governos, e não para beneficiar o setor e a população.

No 2º trimestre deste ano, índice caiu -0,99% em relação ao trimestre anterior

A economia brasileira encolheu -0,99% no segundo trimestre, uma comparação com os três primeiros meses do ano, segundo o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado nesta quarta-feira (15).

Os índices vêm declinando desde o final do ano passado quando, nos últimos três meses de 2017, a economia já patinava, com crescimentos próximos de 0%. Em dezembro o aumento chegou a +1,1%, no entanto, voltou a cair ficando negativo em -0,56% no mês seguinte.

Com isso, o aumento trimestral caiu de +0,7% no último trimestre de 2017 para +0,2% no primeiro trimestre desse ano, chegando ao índice negativo de quase -1% no segundo trimestre. Ou seja, o IBC-Br, que é considerado uma “prévia” do resultado do Produto Interno Bruto (PIB), tem registrado declínio.

As seguidas quedas desde o final do ano anterior desmontam a tese governista e de certos analistas de mídia de que a economia estava em recuperação e que a derrocada da economia é resultado da greve de 11 dias dos caminhoneiros, em maio. Registrando que o segundo trimestre inclui abril, mês no qual não houve paralisação.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país. Há pelo menos quatro anos está no fundo do poço com a implantação no governo Dilma/Temer de políticas que privilegiam a casta financeira, em detrimento da produção. Em 2014, o PIB teve ligeira alta de 0,5%, despencando -3,5% em 2015 e -3,6 no ano seguinte. No ano passado, o PIB teve um crescimento de 1,0%, mas com a indústria e serviços ficando em zero por cento.

O cálculo do IBC-Br é um pouco diferente do usado no

PIB, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas incorpora também estimativas sobre a indústria, comércio e agropecuária. Os números oficiais do PIB do segundo trimestre serão divulgados no próximo dia 31.

No entanto, os números da produção industrial pesquisados pelo IBGE, por exemplo, têm confirmado o declínio apontado pelo IBC-Br. O IBGE aponta que, frente ao período anterior, com ajuste sazonal, no 4º trimestre/17 a produção industrial cresceu +1,6%; no 1º trimestre/18 o crescimento foi menor, +0,3% e no 2º trimestre/18 recuou -2,5%.

“Os eventos excepcionais dos últimos meses não alteraram em nada o movimento de redução do dinamismo industrial que vem marcando 2018. Seja na comparação interanual, seja na comparação com ajuste sazonal, trimestre após trimestre a recuperação do setor perdeu força após a passagem de ano”, analisou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). Ainda segundo o IEDI, no setor de serviços “o semestre foi quase perdido”.

De acordo com o governo - Relatório de Inflação, de março de 2010 -, o IBC-Br foi criado para refletir “a evolução contemporânea da atividade econômica do país e contribuiu para a elaboração da estratégia de política monetária”. Ou seja, para a definição dos juros pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC.

Assim, os números do IBC-Br demonstram que antes mesmo da vitoriosa greve dos caminhoneiros a economia estava agonizante.

A estimativa de analistas do sistema financeiro é de expansão do PIB de 1,49% para 2018, em média. O próprio governo estima uma variação de 1,6%.

VALDO ALBUQUERQUE

Setor de serviços segue caindo: -1,2% em 1 ano

Apesar do crescimento do setor de serviços registrado em junho, e comemorado como indicio de uma suposta recuperação econômica, o setor continua de mal a pior. Operando 10,5% abaixo do pico da série histórica (em janeiro de 2014), a prestação de serviços que hoje tanto contribui para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do país caiu -0,9% no primeiro semestre do ano e acumula em 12 meses resultado negativo de -1,2%.

O avanço de 6,6% em junho divulgado na pesquisa mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi fundamentalmente influenciado pelo aumento de 23,4% nos serviços de transportes terrestres. O crescimento do segmento, por sua vez, é atribuído à uma contratação extraordinária de frete para dar conta de escoar o que ficou encaalhado em maio por conta da paralisação de 11 dias dos caminhoneiros.

No mês da greve, os serviços tiveram queda de -5%

- a maior da série histórica até então. Contudo, os números anteriores à paralisação demonstram que o principal entrave para o crescimento continua sendo o desemprego e os salários arrochados, consequência da recessão econômica iniciada no governo Dilma e longe de estar superada.

Não é a toa que apesar da variação positiva, os serviços consumidos pelas famílias – ou seja, pelos trabalhadores e assalariados – recuaram significativamente. A categoria “serviços prestados às famílias” teve queda, na comparação com maio, de -2,5%. Os serviços de alojamento e alimentação (restaurantes) caíram -2,4%.

Outras comparações, como por exemplo a trimestral, confirmam a situação: o segundo trimestre foi encerrado com queda de -0,3% na comparação com o primeiro trimestre (trata-se da segunda queda consecutiva); na comparação com o mesmo trimestre de 2017, a queda também foi de -0,3%.

Caem as vendas a prazo no Dia dos Pais

Dados da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) mostram que as vendas a prazo, no dia do país, tiveram um recuo de 0,1%, em relação ao mesmo período de 2017.

Para o presidente da CNDL, José César da Costa, “os consumidores continuam preocupados em não comprometer o orçamento ou compras parceladas, principalmente diante de um quadro de dificuldades, com o achatamento

da renda e alto índice de desemprego”.

Para o presidente do SPC Brasil, Roque Pelligzaro, a confiança do consumidor em relação à economia não evoluiu já que muitos brasileiros continuam sem perspectiva de emprego, outros voltaram ao mercado do trabalho com salários mais baixos e o índice de inadimplência é alto, levando à restrição do crédito. Todos esses fatores exercem forte impacto sobre o consumidor, que acaba sendo obrigado

a limitar seus gastos para salvar as finanças.

Ressalte-se que, mesmo com os resultados positivos, nas vendas totais, com +3,9% neste ano e +2,5% em 2017, o volume de vendas continua abaixo do nível de 2014, em nada menos do que -7,83%, conforme cálculo baseado nos índices publicados pelo portal G1.

No acumulado, das vendas a prazo, o nível de vendas também está abaixo do de 2014 em -8,88%, conforme cálculo com base nos dados da CNDL e SPC Brasil.

BNDES repassa mais R\$ 40 bilhões ao Tesouro para pagamento de juros

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) efetivou na terça-feira (14) o desembolso de R\$ 40,00 bilhões para o Tesouro Nacional, por imposição do governo Temer, que decidiu arrancar a “fórcaps” antecipações de empréstimos, através dos quais o banco reforçou sua captação de dinheiro para financiamentos no passado recente.

Com esse pagamento, sobre para R\$ 280 bilhões o total de antecipações realizadas. A primeira foi ainda no governo Dilma, entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016 que totalizou em torno de R\$ 30 bilhões. Em 2016 foram R\$

R\$ 50 bilhões. Em março e abril deste ano foram pagas parcelas de R\$ 30 bilhões. A pretensão é arrancar mais R\$ 30 bi até o final do ano.

Os empréstimos feitos juntos ao Tesouro registravam um saldo, em 31.12.2014, de R\$ 432 bilhões.

A ação das antecipações em curso, em alguns casos de títulos a vencer em 20 anos, representa um duro golpe no lastro de dinheiro para sustentar as operações de crédito do banco, impedindo-o de incentivar investimentos, especialmente para indústria, principal foco da sua ação. Os financiamentos da instituição vem caindo vertiginosamente.

Ressalta-se que parte dos recursos tomados junto ao Tesouro foi destinado à política desastrosa das chamadas “campeãs nacionais”, durante as gestões Lula e Dilma, através da qual diziam pretender criar “multinacionais brasileiras”. Ilusão ou corrupção, JBS e Odebrecht foram expoentes desse processo.

Não há, contudo, na ação de antecipações das amortizações junto ao Tesouro, nenhuma pretensão de corrigir qualquer coisa. Sua lógica é tomar os recursos onde puderem para pagar juros aos bancos sobre todos e sobre tudo. Se por causa disso o BNDES for levado a uma insignificância, pouco importa.

Inadimplência atinge 46% dos jovens. Principal dívida deriva de cartão de crédito

Na semana passada, noticiamos que 41% da população adulta está inadimplente. Agora, o dado é que quase metade dos jovens (46%) também está negativada, de acordo com dados da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil).

Conforme o apontamento, a maior parte dos endividamentos ocorre por conta do cartão de crédito, que hoje, em média, possui um juro de 261,1% ao ano, segundo o Banco Central.

Nos bancos privados, essa taxas de juros do rotativo (aquele em que as pessoas pagam apenas a fatura mínima do cartão), subiram ainda mais em junho em relação a maio. No Santander, a taxa subiu 30,7 pontos, chegando a **241,91% ao ano**. No Bradesco, a alta foi de 4,35 pontos, a **317% ao ano**. No Itaú, a taxa é de **218,38% ao ano**.

Entre os bancos públicos, a taxa caiu 13,78 pontos no Banco do Brasil, mas ainda tem um juro de **165% ao ano**. Na Caixa Econômica Federal, o recuo foi de 3,16 pontos, e

chega a **237,52% ao ano**.

Diante desses juros absurdos, diante do desemprego crescente, a população jovens se endivida cada vez mais. O índice de 46% dos endividados envolvem os jovens entre 25 e 29 anos. Os jovens de 18 a 24 anos, o índice é de 19%. Somados, os dois grupos representam cerca de 12,5 milhões de pessoas.

Em relação ao conjunto da população adulta, vale ressaltar: o aumento da taxa de inadimplência entre pessoas físicas avançou 1,47% na comparação anual. No mês de junho em relação maio, o aumento foi de 4,31%.

O dado preocupante é que, desse total, o crescimento da inadimplência foi puxado principalmente pelo atraso nas contas de serviços básicos, como água e luz, que tiveram alta registrada de 7,66% na comparação entre o mês de julho de 2017 e de 2018.

Em seguida, aparece o número de dívidas bancárias, incluindo cartão de crédito, cheque especial, empréstimos, financiamentos e seguros, que subiu 6,90%.



Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (81) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Lula desrespeita os eleitores registrando candidatura fria



Filho de Jango é candidato do PPL
Dobrar o salário mínimo em 4 anos e acabar com o desemprego, propõe o programa de João Goulart

O ex-deputado João Goulart Filho, candidato a presidente pelo Partido Pátria Livre (PPL), divulgou o seu programa de governo na quarta-feira (15), ao registrar sua candidatura no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). “Distribuir a renda, superar a crise e desenvolver o Brasil” é o objetivo central de seu governo, diz um dos principais trechos do plano. A primeira medida destacada no programa é a elevação do salário mínimo. O documento argumenta que “dobrar o salário mínimo em quatro anos” é a providência mais decisiva para ampliar o mercado interno e ativar a economia.

Trabalhista histórico, João Goulart Filho pretende “acabar com o desemprego, promover a melhoria geral dos salários e aposentadorias. Revogar a Reforma da CLT no primeiro dia de governo. Proibir a Terceirização da Atividade Fim. Erradicar o trabalho escravo e a super-exploração do trabalho da mulher. Tornar realidade o princípio do pagamento de salário igual para trabalho igual. Ampliar a licença maternidade para o período de um ano. Extinguir o Fator Previdenciário e a Fórmula 85/95, criados unicamente para reduzir o valor das aposentadorias”.

O candidato do PPL defende a proibição dos desvios das contribuições constitucionais da Seguridade Social para outros fins. “Revogar o teto do INSS (R\$ 5.579,06) para aposentadorias do setor privado e público. Voltar à Constituição Cidadã de 1988, revogar todas as emendas e leis previdenciárias de FHC, Lula, Dilma e Temer”, é o que propõe Goulart. “Sem expansão do mercado interno e distribuição da renda não haverá desenvolvimento econômico”, observa o candidato. Outras medidas são o fortalecimento da Justiça do Trabalho e restabelecer a figura do juiz classista. “Implantar a Jornada de 40 horas semanais. Dobrar a multa rescisória em caso de demissão imotivada”.

Outro pilar do programa de João Goulart será a redução dos juros. “Reduzir ao patamar internacional os juros reais (juros nominais menos inflação), especialmente a taxa básica (Selic) que remunera os títulos emitidos pelo governo”. *Continue lendo em www.horadopovo.org.br*



Pela Ficha Limpa, Lula é inelegível. Ele quer afrontar a lei e a Justiça
Patrimônio de Lula cresceu 852% desde 2006

Pela declaração de bens no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o patrimônio de Lula teve um aumento de 852% na comparação com o declarado na campanha de 2006 – última vez em que ele concorreu a cargo público. A inflação do período (2006 a 2018) foi de apenas 99,62%. Em 2006, Lula declarou R\$ 839.033,52. O patrimônio dele multiplicou-se 9,5 vezes nesse período.

Segundo a declaração, o patrimônio líquido de Lula chega hoje a R\$ 7.988 milhões. O milagre da multiplicação!

O ex-prefeito de São

Paulo Fernando Haddad, que foi apresentado ao TSE como candidato a vice na chapa, declarou patrimônio de R\$ 428.451,00.

O candidato do Partido Novo, João Amôedo, foi o que apresentou o maior patrimônio à Justiça Eleitoral – declarando possuir R\$ 425 milhões em bens. Henrique Meirelles, do PMDB, vem logo em seguida, com R\$ 377.496.700,70.

Na outra ponta, a candidata do PSTU, Vera Lúcia, listou a posse de um terreno estimado em R\$ 20 mil. Guilherme Boulos, do PSOL, informou possuir um veículo avaliado em R\$

15.416. Marina Silva (Rede Sustentabilidade) disse ter bens no valor de R\$ 118 mil e o candidato do Patriota, deputado Cabo Daciolo, não declarou bens.

Geraldo Alckmin (PSDB) afirmou possuir R\$ 1,379 milhão. Ciro Gomes, do PDT, informou ter R\$ 1,6 milhão em bens. José Maria Eymael (DC) declarou R\$ 6.135.114,71 e João Vicente Goulart (PPL) informou possuir R\$ 8.591.035,79 em bens.

O senador Alvaro Dias (Podemos) declarou R\$ 2,8 milhões e Jair Bolsonaro (PSL) R\$ 2,2 milhões.

Registro pode ser indeferido mesmo sem haver impugnação de candidato inelegível, diz Weber

A nova presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Rosa Weber, afirmou que um candidato pode ter o registro indeferido “de ofício” pelo ministro relator, sem provocação do Ministério Público, candidatos ou partidos, se não possuir condição de elegibilidade.

“Se não houver impugnação, há resolução do TSE no sentido de que pode haver o exame de ofício. Será um indeferimento de ofício devido à compreensão de que não estão presentes as condições de elegibilidade

ou alguma causa de inelegibilidade. Estou falando em tese”, afirmou, em entrevista após sua posse na presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na terça-feira (14).

Para Rosa Weber, tem que se tomar uma decisão célere para preservar o eleitor. “É tarefa da Justiça Eleitoral anunciar ao eleitor o quanto antes e com segurança jurídica quem são os reais concorrentes”, disse.

De acordo com Rosa Weber, “pode haver ou não impugnação”. Na hipótese de haver con-

testação a alguma candidatura, o prazo para impugnação é de cinco dias após a publicação do edital que confirma as candidaturas – na eleição deste ano, o prazo limite para publicação do edital é dia 18.

Após publicação do edital, abre-se prazo de cinco dias para qualquer candidato, partido, coligação ou Ministério Público questionarem candidaturas. Esse questionamento já deve conter, segundo a lei, “os meios de prova com que se pretende demonstrar” a ilegalidade da candidatura.

Alckmin depõe sobre caixa 2 em suas campanhas

O ex-governador de São Paulo e candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, depôs na sede do Ministério Público paulista na tarde da quarta-feira (15) sobre a ação em que é investigado por receber dinheiro irregular nas campanhas de 2010 e 2014.

Três executivos da Odebrecht revelaram que a empreiteira pagou R\$ 10,3 milhões não declarados às campanhas de Alckmin.

Benedicto Júnior, responsável pelo departamento de operações es-

truturadas da Odebrecht (o departamento de propina da empreiteira), informou em depoimento que foram “R\$ 10 milhões em caixa dois pelo sistema de operações estruturado na Odebrecht”.

O depoimento de Carlos Armando Guedes Paschoal (diretor-superintendente da Odebrecht em São Paulo) confirmou o de Benedicto Barbosa Júnior, pois foi Paschoal quem entregou os R\$ 2 milhões, em 2010, ao cunhado de Alckmin, Adhemar César Ribeiro. Paschoal relatou que foi, com Aluizio Araújo

jo – membro do conselho da Odebrecht, já falecido –, a uma reunião com Alckmin, em um escritório na Avenida 9 de Julho, São Paulo. Na campanha de 2014, quando Alckmin se reelegera, a campanha tinha recebido R\$ 8,3 milhões, segundo os executivos da empreiteira. O nome de Alckmin ainda aparece no depoimento de Arnaldo Cumpido de Souza, outro executivo da empreiteira.

O caso está a cargo da Justiça Eleitoral paulista. *Leia mais em www.horadopovo.org.br*

Fez-se milagre na conta do motorista de diretor da Dersa!

Em seu depoimento à Polícia Federal, Valdir dos Santos Paula, motorista de Pedro Silva – diretor de Engenharia da Dersa preso em 21 de junho, na Operação Pedra no Caminho – disse que “não sabe explicar como, no ano de 2013, teve R\$ 1.979.816,40 de crédito em sua conta bancária; tampouco sabe explicar como, no ano de 2014, sua conta possa ter movimentado R\$ 2.132.713,57”.

Declarou, também, que “não é possível movi-

mentar tamanhas quantias, pois sua renda mensal, mesmo hoje, não é superior a cinco mil reais, motivo pelo qual não teria condições de movimentar essas quantias”.

A Operação Pedra no Caminho investiga um desvio de R\$ 600 milhões nas obras do Rodanel, em São Paulo. A Dersa, empresa pública paulista, é a responsável pelos contratos com as empreiteiras, nos lotes do Rodanel.

O chefe de Valdir dos

Santos Paula, Pedro Silva, e Laurence Casagrande, foram nomeados por Alckmin para substituir, na Dersa, a equipe anterior, que tinha Paulo Vieira de Souza, o notório “Paulo Preto”, como figura mais proeminente.

Valdir começou a ser investigado pela PF devido a 22 transações entre a sua conta e as de Pedro Silva – um total de cerca de R\$ 1 milhão.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Terrorismo de baixa potência

No debate da Band, o candidato Guilherme Boulos afirmou que o candidato Jair Bolsonaro fora expulso do Exército.

Pelo jeito, Boulos resolveu conceder a Bolsonaro um atestado de honestidade. Porque a verdade é que Bolsonaro não foi expulso do Exército.

Nisso, quem faltou com a verdade foi Boulos. A afirmação, aliás, expôs o seu grau de responsabilidade – ou, melhor, de irresponsabilidade – capaz de repetir alguma besteira que circula pela Internet, mesmo em um debate entre candidatos a presiden-

te. Porém, compreende-se: sua credencial para presidente é ser um sub-Lula...

Seria – e continua sendo – fácil verificar a situação de Bolsonaro no Exército, consultando, por exemplo, o dicionário biográfico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

Sucintamente: Em outubro de 1987, a revista “Veja” (edição nº 999, de 27/10/1987) publicou um plano que o então capitão Jair Bolsonaro, na época cursando a Escola Superior de Aper-

feiçoamento de Oficiais (EsAO), apresentara a uma de suas repórteres.

O plano, denominado “Operação Beco Sem Saída”, era “explodir bombas em várias unidades da Vila Militar, da Academia Militar das Agulhas Negras (...) e em vários quartéis”, se o reajuste dos militares, naquele ano, ficasse abaixo de 60%.

O plano, resumiu a repórter, era, sobretudo, “explodir bombas de baixa potência em banheiros da Vila Militar”.

Continue lendo com mais detalhes em www.horadopovo.org.br

C. L.

Registro no TSE foi acompanhado por um ato mambembe na frente da sede do tribunal

Disse a nova presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Rosa Weber, que o tribunal vai “observar estritamente os termos da lei”. A recusa de registrar uma candidatura, argumentou ela, não pode depender de algum pedido de impugnação. Cabe ao TSE verificar se a lei está sendo cumprida, independente de qualquer pedido (v. [matéria nesta página](#)).

A ministra falou “em tese”, sem se referir a uma candidatura específica – mas é óbvio do que (e de quem) ela estava falando. A comédia petista do dia seguinte se encarregou de afastar qualquer dúvida.

Se o leitor consultar o site do TSE, descobrirá que o pedido de registro de Lula, como candidato a presidente, não foi acompanhado pelos documentos que a lei e o tribunal exigem de qualquer candidato (cf. o [cadastro de Lula no TSE](#)).

O suposto “registro” ou “pedido de registro” de Lula é, portanto, uma farsa.

Aqueles elementos que foram ao TSE, supostamente para entrar com o pedido, estavam, desempenhando uma pantomina.

Eles sabem, perfeitamente, que Lula não pode ser registrado como candidato. Tudo, ali, era palhaçada.

A lei – e o TSE – exigem, para o registro de uma candidatura, vários “nada consta”, para mostrar que o candidato não é um bandido, ou cometeu alguma transgressão, ou deve alguma coisa à sociedade.

Lula está preso por roubo. A impossibilidade dele ou seus sequazes apresentarem esses documentos é semelhante à do sr. Luiz Fernando da Costa, mais conhecido como Fernando Beira-Mar.

Antes que algum lulista tenha um ataque histérico (o que não é bom para a saúde), a comparação, aqui, é sobre a situação legal. Não estamos comparando os crimes – nem estamos discutindo se é mais grave roubar a Petrobrás e um povo inteiro do que assassinar e traficar drogas.

Somente estamos dizendo que Lula foi condenado – duas vezes, em primeira e em segunda instância – por receber um triplex como moeda de propina.

Os acontecimentos são públicos. As provas da corrupção passiva – e da lavagem de dinheiro roubado – também são públicas.

Também é público que condenados por “órgãos colegiados” (ou seja, em segunda instância) não podem ser candidatos em eleições. Quase qualquer brasileiro sabe que essa é a essência da chamada “lei da ficha limpa” (Lei Complementar nº 135/2010), que modificou a “lei das inelegibilidades” ou “lei das condições de inelegibilidade” (Lei Complementar nº 64/1990).

Desse ponto de vista, a situação de Lula e de Beira-Mar é a mesma.

Então, se Lula pudesse ser candidato a presidente, porque o citado Beira-Mar não poderia?

Não por acaso, a “lei da ficha limpa” tonou-se uma das leis mais populares do país. Ela condensa a indignação do povo com uma casta política corrupta, podre, sem escrúpulos – em uma palavra, criminosos.

Por isso, a lei foi aprovada por unanimidade na Câmara e no Senado – porque a surda fúria dos homens e mulheres que compõem nosso povo era sentida até pelos alvos dessa lei. A camarilha corrupta não se atreveu a votar contra a “lei da ficha limpa”. Sabia-se lá o que podia acontecer no país, se eles se mostrassem com sua verdadeira cara e não aprovassem a lei?

Da mesma forma, Lula, em 2010, quando a “lei da ficha limpa” foi aprovada, estava, há alguns anos, recebendo propinas do cartel que roubava a Petrobrás (somente em uma das planilhas da Odebrecht, intitulada “Posição Programa Especial Italiano”, há registro de

repasses – para Lula, Palocci e o PT – de R\$ 128 milhões e 522 mil).

Mesmo assim (ou por isso mesmo), Lula não se atreveu a vetar a “lei da ficha limpa”.

Em suma, os corruptos aprovaram a “lei da ficha limpa” porque não queriam aparecer como corruptos. Assim, poderiam continuar a roubar, fazendo letra morta da lei.

O que atrapalhou tudo – isto é, a eles – foi a Operação Lava Jato. Ao investigar e expor os ladrões do dinheiro do povo, a Lava Jato fez com que a “lei da ficha limpa”, assim como outras leis, adquirissem um novo vigor, ao serem levadas, finalmente, à prática.

Mas são exatamente essas leis – a começar pela da ficha limpa – que Lula e os lulistas querem agora desrespeitar. Com isso, só fazem deixar claro o caráter corrupto de sua tentativa.

Dizem que o historiador Capistrano de Abreu propôs, no início do século XX, duas leis: uma, que obrigasse as outras leis a serem cumpridas; a outra, que obrigasse todo brasileiro a ter vergonha na cara.

A Lava Jato conseguiu – em parte, pelo menos – o primeiro objetivo; quanto ao segundo, pelo menos, enviou para a cadeia alguns incapazes de ter vergonha na cara.

Convenhamos que Lula, Sérgio Cabral, Cunha, Geddel e outros beneméritos da ladroagem são imunes à vergonha na cara. Portanto, não podem ficar impunes diante da lei.

A presepada de quarta-feira, com o registro de uma candidatura de mentirinha, mostra que Capistrano, cearense tido como cético e desencantado, era, na verdade, um otimista. Não há lei que possa obrigar um sujeito a ter vergonha na cara.

Em uma eleição já contaminada por uma regra eleitoral mais excludente, mais fascista, que todas as regras eleitorais da ditadura, onde as propinas – dinheiro público escondido – foram substituídas por dinheiro público desviado indecentemente da saúde, da educação e demais serviços públicos (sempre para os mesmos destinatários), a palhaçada do PT, na quarta-feira, é o deboche do deboche.

Eles não pretendem eleger Lula. Muito menos o zeroado Fernando Haddad. Querem, tão somente, fazer um teatro e impedir que o povo tenha uma alternativa própria.

Mais uma vez aparece o caráter lúmpen, marginal, do petismo. Que se danem as leis, o povo e as mínimas normas civilizadas de convivência. O que importa são os interesses mesquinhos da cúpula petista, que inflou seu patrimônio às custas do patrimônio público – e da esperança do povo brasileiro.

Assim, no círculo lulista, todos acham normal que o chefe tenha multiplicado seu patrimônio por 10 (rigorosamente: por 9,5) entre a eleição de 2006 e a eleição de 2018 (v. [matéria nesta página](#)).

E, este, é o patrimônio declarado – não inclui os triplex e sítios da vida de Lula.

Em seu discurso durante a posse da ministra Rosa Weber no TSE, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, lembrou os “reclamos por integridade, igualdade e justiça, que têm dominado as conversas dos brasileiros e o noticiário nacional desde que o enfrentamento da corrupção se tornou mais eficiente com a Operação Lava-Jato e a principal preocupação da população”.

“A lei das inelegibilidades”, disse Raquel, “deve ser assegurada para que só os elegíveis concorram e os inelegíveis não financiem suas pretensões com recursos públicos. Os recursos protelatórios também não podem ter efeitos suspensivos com o propósito de influenciar o resultado das eleições”.

Com efeito, a procuradora-geral também sabia do que estava falando.

CARLOS LOPES

Procuradora-geral pede ao TSE que a candidatura de Lula seja impugnada

A Procuradora-geral da República e chefe do Ministério Público Eleitoral (MPE), Raquel Dodge, pediu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na noite da quarta-feira (15) que a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência da República seja impugnada. Para Dodge, Lula “não é elegível”.

“Falta-lhe, contudo, capacidade eleitoral passiva. Segundo a lei vigente, o cidadão que tenha sido condenado por órgão colegiado nos últimos oito anos perde a capacida-

de eleitoral passiva. É o caso do requerente, que foi condenado criminalmente pela 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, nos autos da Apelação Criminal nº 504651294.2016.4.04.7000/PR3”, diz Raquel Dodge na petição que será analisada pelo ministro Luís Roberto Barroso, vice-presidente do TSE e relator do pedido de registro da candidatura de Lula no tribunal.

Leia mais em www.horadopovo.org.br



Candidata a presidente da Rede Sustentabilidade
Marina Silva defende rever a emenda de Temer e de Meirelles do teto de gastos

A candidata à Presidência da República, Marina Silva, da Rede Sustentabilidade, defendeu a revisão da emenda constitucional que engessa por 20 anos os investimentos públicos. A emenda de Temer e de Henrique Meirelles foi aprovada no ano passado.

Para Marina, os serviços públicos vão se deteriorar gravemente se essa emenda não for derrubada. “Nós vamos discutir para que o Brasil não tenha que ficar com a educação que tem, a

saúde que tem, a menos que você advogue para que ela continue do mesmo jeito. Os brasileiros não querem que o orçamento público não invista mais em educação, saúde e segurança pública por 20 anos”, enfatizou Marina Silva.

Segundo a candidata, “ter responsabilidade fiscal não significa que isso tenha que ser feito com prejuízo à vida dos brasileiros na dimensão em que estão propondo”.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Para Ciro, F. Haddad nos debates é fraude

O candidato do PDT à presidência da República, Ciro Gomes, afirmou que é contra a participação de Fernando Haddad (PT) como substituto de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nos debates presidenciais.

“Somos bastantes amigos, o problema não é ele. Também sou amigo do Geraldo Alckmin. O problema é o PT. O PT é muito fortemente responsável pelo momento que estamos vivendo. Não foi o PT que escolheu o Michel Temer?”, disse.

A declaração vetando a participação de Haddad nos debates ocorreu na terça-feira (14), durante sabati-

na com candidatos à presidência realizada pela UNECS (União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços) em Brasília.

Em sua fala, o pedetista disparou: “Quem é candidato a presidente da República do PT? É o Lula. Por que o Haddad vai aos debates? Isso depende de mim? Então Bolsonaro pode mandar o general?”.

Cinco candidatos a presidente participaram da sabatina. Responderam as perguntas de empresários do segmento os candidatos Alvaro Dias (Podemos), Ciro Gomes (PDT), Henrique Meirelles (MDB), Fernando Haddad (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB).

Governo recua de novo corte no orçamento da Educação

Lei das Diretrizes Orçamentárias foi sancionada sem veto à correção inflacionária para Educação. Para estudantes 'orçamento ainda é uma vergonha'

Após protestos e mobilização de estudantes, pesquisadores e cientistas contra os cortes na educação para 2019, o governo Temer (PMDB) desistiu de vetar um trecho da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do próximo ano que dizia que o orçamento do Ministério da Educação seria reajustado com base na inflação. A ameaça de um novo arrocho na Educação foi alvo de repúdio de entidades científicas e de órgãos de fomento à pesquisa como Capes, CNPq e FINEP.

O texto da LDO foi sancionado na terça-feira. Em entrevista coletiva para tratar da sanção do texto, que teve 17 vetos, o ministro Esteves Colnago (Planejamento) chegou a afirmar que o trecho que garantia ao menos a reposição da inflação para a pasta seria vetado. De acordo com o Planalto, Temer voltou atrás e decidiu manter o reajuste dos recursos para a pasta com base na inflação.

A manutenção da correção inflacionária, no entanto, não altera o congelamento dos gastos do governo aprovado pelo Congresso em 2016, na famigerada Emenda Constitucional 95 – a “PEC da Morte”. Com esta emenda áreas cruciais como Educação, Saúde e Segurança tiveram seu orçamento congelado pelos próximos 20 anos. Conseqüentemente, o funcionamento fica ameaçado já que emenda prevê a limitação dos investimentos federais na área. Ou seja, a ameaça de veto do governo agravaria ainda mais a situação do povo brasileiro.

PROTESTOS

Os protestos de estudantes, pesquisadores e cientistas começaram após a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) divulgar nota direcionada ao governo federal em que demonstrava que se houvesse o veto para o reajuste inflacionário a instituição teria de suspender 200 mil bolsas de pesquisa a partir de agosto de 2019. Dentre essas 200 mil bolsas, 93 mil seriam de pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado) e outras 105 mil de programas de formação de professores da rede básica de educação.

Além do veto ao reajuste inflacionário esteve em pauta o corte direto de verbas. A Capes explicou que o governo propôs um orçamento de R\$ 3,333 bilhões esse valor é mais de R\$ 500 milhões inferior ao orçamento de R\$ 3,888 bilhões aprovado no orçamento deste ano. Mas na semana passada, em acordo com o governo, foi

retirada da Lei Orçamentária Anual esse corte.

Além da Capes, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) também emitiu um alerta para o risco do corte das bolsas caso houvesse corte nas verbas. A carta aberta à sociedade denunciou o corte de 33% ou R\$ 400 milhões do orçamento do CNPq, o que limitará o lançamento de editais e contratações de novos projetos.

“Cada real que se destina à pesquisa científica e cada minuto que se permite à inteligência e criatividade brasileiras exercitarem a busca por soluções, nos mais diferentes campos, vão sempre render frutos e benefícios para o país”, lembra ele no documento, intitulado “A ciência brasileira está em risco”.

A Financiadora de Inovação e Pesquisa (FINEP), que administra as verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), também advertiu para a crise iminente. De acordo com o orçamento proposto por Temer, o FNDCT sofrerá um congelamento de 63% de seus recursos.

O FNDCT apóia a compra de equipamentos, prédios, infraestruturas para todos os institutos de ciência e tecnologia do país (ICTs) – centros de pesquisa e universidades públicas e privadas, federais e estaduais, e projetos de pesquisa.

“Os programas de importância estratégica para ciência do país, já prejudicados fortemente pelos cortes orçamentários dos últimos anos, seriam ainda mais afetados pela falta de recursos. Confesso que estou perplexo, é a política de terra atarrasada, o orçamento desse ano já é terrível, e agora pode ficar ainda pior”, afirmou o físico Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), antes do recuo de Temer.

Os institutos se posicionaram, pressionaram o governo e os estudantes e a sociedade civil também. Desde que a Capes lançou a nota diversos protestos foram realizados em São Paulo e no Rio de Janeiro contra os cortes. Estudantes se mobilizaram a Brasília, no Congresso Nacional para exigir que não houvesse um novo corte na pasta.

Nesta terça-feira (14), centenas de estudantes realizaram um ato, em São Paulo, em comemoração ao Dia do Estudante onde a principal reivindicação foi para Temer não vetar o reajuste inflacionário do orçamento do Ministério da Educação.

PPL-GO declara apoio a Daniel Vilela ao governo

O Partido da Pátria Livre (PPL) de Goiás anunciou apoio à candidatura do deputado Daniel Vilela (MDB) ao governo do Estado. A decisão foi tomada pela nova direção da sigla, com a concordância da executiva nacional, e comunicada ao MDB, em reunião com lideranças da sigla. A direção nacional do PPL não deu o aval para a composição com o DEM de Ronaldo Caiado, alegando “profundas divergências ideológicas”.

“Parte da antiga direção estadual tomou uma decisão precipitada, sem consultar como deveria os demais

membros, e então a direção nacional resolveu anular a coligação com o DEM, que contraria profundamente os ideais do partido, e interveio na direção estadual”, explica a nova presidente estadual da sigla, Jucilene Barros. “A antiga direção agiu de forma truculenta com o restante do partido para forçar o apoio a Caiado”, completa.

Como foi anulada a coligação com o DEM, o jurídico do PPL e do MDB vão avaliar conjuntamente como será feito o pedido de coligação formal entre os partidos junto à Justiça Eleitoral.



Nova direção do PPL de Goiás formalizou apoio a Daniel



Em São Paulo, no dia 14, centenas de estudantes, pesquisadores e cientistas protestaram contra o arrocho no orçamento da Educação

Em seis meses de intervenção federal, situação do Rio de Janeiro se agrava

A intervenção militar no Rio de Janeiro promovida por Michel Temer (PMDB) completa seis meses nesta quarta-feira (16).

Um balanço divulgado pela organização Fogo Cruzado mostrou que o número de tiroteios e disparos na cidade após o início da intervenção foi cerca de 37% maior se comparada aos cinco meses anteriores à implantação da medida.

De acordo com a organização, que trabalha com informações coletadas por usuários, pela imprensa e pelas polícias, foram registrados 4.005 tiroteios entre 16 de fevereiro e 16 de julho, contra 2.924 entre 16 de setembro de 2017 e 15 de fevereiro de 2018. Segundo a apuração de um aplicativo de celular chamado ‘Onde Tem Tiroteio’, onde os usuários registram o local e o horário onde ocorrem confrontos armados, em menos de 48 horas, aproximadamente 27 tiroteios foram registrados em várias regiões do Rio de Janeiro.

Completando agora seis meses do início da medida, o que temos é um quadro regressivo, em que foi oficializada a fim das UPPs. Além disso, também tivemos o aumento de quase todos os índices de criminalidade, medidos pela própria Secretaria de Segurança, além das centenas de mortes de inocentes em

meio a essa guerra.

Os homicídios decorrentes de intervenção policial subiram nos três meses seguintes à intervenção. Passando de 300 em 2017, para 352 no mesmo período deste ano. “As soluções continuam sendo as mesmas, mais gente, mais viaturas, subir morro. Isso não resolve”, diz um coronel da Polícia Militar que não quis ser identificado.

Para o pesquisador Arthur Trindade, a intervenção deve ir além se quiser aumentar as resoluções dos crimes. “Teria que articular ações com o Ministério Público, mas não tem nada previsto. A intervenção esquece que a segurança pública é uma área complexa, que precisa envolver muitos outros atores”.

Para o coronel Fernando Belo, presidente da Associação de Oficiais Militares do RJ, a intervenção já é uma batalha perdida. “Não tem tempo nem dinheiro para cobrir a defasagem da PM, que é de 20 mil homens. Mesmo com a extinção de todas as UPPs, que têm 8.000”.

Ainda segundo ele, uma “luz no fim do túnel” estaria na integração de polícias, no aperfeiçoamento da formação e na compra de insumos para proteger os policiais. “Não dá para continuar assim, estamos sendo caçados nas ruas”.



Cabral, Pezão e Picciani, e o candidato ao governo do Rio, Eduardo Paes receberam R\$ 32 milhões em propina da Odebrecht

O ex-presidente afastado da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Jorge Picciani (PMDB) recebeu R\$ 9 milhões de propina da empreiteira Odebrecht, segundo relatou o ex-presidente de Infraestrutura da construtora, Benedito Barbosa da Silva Júnior, nesta quarta-feira (15), em depoimento ao juiz Marcelo Bretas, na Operação Cadeia Velha, desdobramento da Lava Jato no Rio de Janeiro.

O ex-executivo da Odebrecht também afirmou que doou R\$ 23 milhões em caixa 2 à campanha de Luiz Fernando Pezão. Segundo depoimento a

doação ocorreu em 2014, a pedido do então governador Sérgio Cabral.

Benedicto já tinha dito anteriormente que houve pagamentos a campanhas políticas do PMDB do Rio num total de mais de R\$ 5 milhões.

Desta vez, o delator também relatou pagamentos de propina de R\$ 900 mil para o antecessor de Picciani à frente da Casa, Paulo Melo, outro deputado do PMDB preso na Cadeia Velha. Benedito Júnior falou que parte do recurso, cerca de 1 milhão de euros, foi paga no exterior e que o restante, R\$ 20 milhões, no Brasil.

Fatura Exposta & Ressonância

Na terça-feira, o juiz Marcelo Bretas acatou a denúncia do Ministério Público Federal (MPF) e tornou réus o ex-secretário de Saúde do Rio Sérgio Côrtes e mais 23 pessoas, por crimes de participação em organização criminosa, fraude e corrupção ligados ao Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Into).

A ação é um desdobramento das operações Fatura Exposta e Ressonância, no âmbito da Lava Jato, que aprofundaram as investigações da organização criminosa responsável por corrupção, fraudes à licitação, cartel e lavagem de capitais em contratos entre o Into e o governo do Rio. Segundo a denúncia, os réus participaram, entre 2007 e 2016, de fraudes em processos de licitação para o Into, envolvendo compra de material médico-hospitalar, insumos e outros bens.

Dentre os 23 réus, além de Sérgio Côrtes, estão: Miguel Iskin, dono da Oscar Iskin e organizador das fraudes aos pregões internacionais desde 1996, Daurio Speranzini, diretor-executivo da General Electric para a América Latina e ex-executivo da Philips Medical entre “Após exaustiva investigação que contou com medidas cautelares de

A TEIA DA ARANHA DOURADA

Rodrigo Leste

O HP, a partir deste número, apresenta: A Teia da Aranha Dourada, série de Rodrigo Leste. Corrupção, rouboalheira, safadeza em todos os níveis, do político ao sexual, fazem parte desta trama que, de maneira ágil e bem humorada, vai te enredar, prender sua atenção, caro leitor.

A Teia da Aranha Dourada será publicada às sextas-feiras, em episódios semanais, no HP impresso e no site.



Episódio 1

(Clóvis é assessor especial de um senador da República. Discreto, taciturno, frequenta pouco o gabinete. Não é visto em festas, comemorações e mesmo em reuniões. Atua nos bastidores, usando o estilo raposa, próprio de sujeitos ladinos como ele. Sua agenda guarda segredos capazes de abalar os três poderes. No meio desta tarde está mais atarrasado do que nunca. Usa dois celulares ao mesmo tempo e tem um abacaxi enorme pra descascar. Enquanto fala em um dos aparelhos, tenta escutar o que lhe dizem no outro.)

— Nivaldo?! O quê? Não estou ouvindo direito.

— Vivaldo. Vivaldo é o nome do sujeito (uma voz lhe fala do outro lado).

— Vivaldo... Sei. Nunca ouvi falar desse delegado.

— É novo aqui em Santa Catarina. Deve estar querendo aparecer.

— Isso não podia ter acontecido (Clóvis fala mais para si mesmo, bufando de insatisfação). O senador vai ter um troço.

(Desliga o celular)

— É. (fala o segundo interlocutor) A notícia já vazou, tá esguichando bosta pra todo lado.

— Merda! Merda! (diz Clóvis, no auge da ira) Depois falo com você.

(Desliga. Bate o celular com toda a força na mesa, quebrando o aparelho, que descarta na lixeira. Imediatamente o outro telefone toca, é o senador.)

— Clóvis, puta que o pariu! Quê que aconteceu, cara?

— Porra, senador, o troço saiu do controle. Só pode ser vacilo do pessoal da fazenda, lá de Ernesto Varela...

— Cadagada sua, Clóvis, você é o responsável pela operação. Quem te mandou se meter com amador, porra! A mídia vai me fritar. Eu e meu neto. Vão nos queimar, caralho!

— Entendo, Chefe. O jeito agora é passar a bronca pros pilotos. Eles que tomaram o flagrante. Temos que declarar inocência do começo ao fim, atribuir tudo a eles.

— Cala a boca, mané. Não vem querer rezar missa pro vigário. A merda é que tá tudo em nosso nome, é complicado. E o pior: como explicar essa cadagada pro “Cheiroso”. Ele vai ficar tão puto que é capaz de matar um.

— O senhor vai ter que explicar pra ele. É bom ligar logo e inventar uma boa história.

(O senador não perde tempo com despedidas. Desliga o telefone na cara de Clóvis. Os mais afoitos podem imaginar que “Cheiroso” é o apelido do político tido como consumidor contumaz do pó branco, também conhecido como “brilho”. Não se trata disso. “Cheiroso” é um cognome carinhoso pelo qual certo senador é tratado pelos mais íntimos. A intenção é ressaltar os cuidados e o aspecto elegante e perfumado com que o vaidoso cidadão se apresenta.)

(O celular do primeiro senador, que na intimidade é o “Paçoca”, devido ao seu aspecto atarracado, não para de tocar. Pululam ligações oriundas de números desconhecidos, certamente jornalistas em busca de declarações. Ele rejeita todas, pensando que já passou da hora de trocar de aparelho para não ser rastreado. Mas agora surge na tela o número mais do que conhecido do celular do Cheiroso. Apesar de ainda não ter uma explicação para dar, não pode recusar a ligação.)

— Porra, Paçoca! Como é que você pisa na bola desse jeito?!

— Compadre, desculpa, desculpa. Foi uma cadagada, mas fazer o quê?

— Negar, porra. Negar tudo, não baixar a guarda. Dizer que o avião foi roubado, que decolou sem autorização.

Jogar todo o rabo pros pilotos. O flagrante é deles. porra.

— É foda, Chefe. O piloto é o Tinho, filho do meu compadre Antero. A família vai se ferrar.

— Foda-se, Paçoca, foda-se. Você devia ser mais precavido, saber da arapuca que a PF estava armando. Caiu como um gambá na ratoeira. Agora vai sujar pra você e pro seu menino. O pior é que a merda vai respingar em mim.

— Porra, Chefe, eu não queria, foi mal, porra.

— Fudeu tudo por incompetência sua. Já mandei desativar o aeroporto, sumir com o equipamento, computadores, documentos, o caralho. Porra, viu!

(Os dois fazem silêncio como que para avaliar as perdas e danos, que não foram poucas: 445 quilos da mais pura cocaína, todas as conexões arruinadas, o trabalho de muitos anos indo para o ralo. Cheiroso retoma a conversa.)

— Vou ligar agora pro Dr. Ananias. Tem que ser ele ou o Ibrahim pra pegar esse caso, o lance é não deixar a bomba explodir. Tem que ser um pica grossa pra segurar a bronca. Esses pilotos não podem abrir o bico.

— Foram treinados pra isso, compadre. Só vão falar na presença dos advogados.

— Tomara, tomara. Você trata de redigir uma nota sobre o acontecimento para a imprensa. Pega o seu jornalista aí, o do gabinete, assessor, sei lá, e faz um rascunho rápido. Me manda que eu vou passar pro Alceu e pra Cleide darem uma finalizada. Tem que ser curto e grosso, negando tudo e sugerindo conspiração, entendeu?

— Tá bom, Chefe, deixa comigo. Posso desligar?

— ...Paçoca...

— O que foi?

— Tá chegando a hora de você pedir pra cagar e tirar o time de campo. (desliga sem esperar a réplica do outro)

— Corta! Corta, pode cortar — grita Alfredo, o diretor do filme.

Fim do Episódio – 1

Após acidentes, Ministério Público abre inquérito sobre negligência na Usiminas



Em 5 dias: um trabalhador morto, outro com braço amputado e uma explosão

“O que importa para a Usiminas é o lucro, não a vida do trabalhador”, afirma o Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga sobre explosão e mais dois acidentes em apenas cinco dias

Com três acidentes graves em menos de uma semana na Usiminas de Ipatinga, no Vale do Aço em Minas Gerais, o Ministério Público do Trabalho (MPT) abriu dois inquéritos civis para apurar negligência nas normas de segurança do trabalho. Para o Sindicato dos Metalúrgicos, “o que importa para Usiminas é o lucro, não a vida do trabalhador”.

A Usiminas foi a primeira estatal a ser privatizada, em 1991, ainda no governo Fernando Collor, processo seguido de demissões em massa, e teve uma semana preocupante: em cinco dias um trabalhador morreu na usina, outro teve o braço amputado, e uma explosão levou 34 pessoas ao hospital, além de provocar pânico na cidade. Para além destes, um trabalhador morreu e outro teve ferimentos graves em 2016.

Segundo a publicação do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga e Região (Sindipa), “tudo isso é parte de uma tragédia já anunciada, pois a Usiminas, em sua gana por mais lucros, tem colocado a vida dos trabalhadores e da população em risco com equipamentos de segurança sucateados, falta de manutenção na área e nenhuma proteção coletiva aos trabalhadores”.

Uma das questões que chama a atenção, é que os dois trabalhadores acidentados nestes cinco dias são terceirizados. Luis Fernando Pereira, de 38 anos, trabalhava na empresa Amoi e, no dia 8 de agosto, foi atingido por vazamento de gás que saiu da tubulação de retorno para o gasômetro (estrutura usada para armazenar o gás usado na alimentação da siderúrgica) enquanto trabalhava a uma altura aproximada de 8 metros. Ele ficou dependurado por mais de meia hora sem receber socorro e morreu no local.

Na sexta-feira houve a explosão no gasômetro, que causou tremores na cidade e deixou 34 feridos. Em seguida, nesta segunda-feira, 13, o electricista Ricardo Alves Profiro, de 36 anos, contratado da terceirizada Inner, realizava manutenção no sistema e sofreu acidente na correia transportadora da sinterização e acabou com um dos braços amputado.

O presidente do Sindipa, Geraldo Magela Duarte, afirma que “a empresa não está treinando os funcionários, a empresa insiste em aumentar o lucro a todo o custo, aumentando a jornada de trabalho por meio

de bancos de horas, e após a reforma trabalhista, terceirizando a quem oferece o menor preço”. “Podemos esperar mais acidentes”, acrescentou.

O procurador do Trabalho Adolfo Jacob, do MPT, conta que “estamos investigando os dois acidentes, a priori, como sendo provocados por causas comuns. Por enquanto, está sendo feita a investigação nesse sentido”.

Como os acidentes desta semana não estão isolados, o procurador aponta que “a nossa preocupação é que, de 2016 para cá, acidentes vêm ocorrendo. As investigações são para, além de identificar as causas específicas, verificar se está havendo descuido em relação à segurança do trabalho na empresa. Os acidentes individuais já são reprováveis e provocam enorme sofrimento à população, perda de pessoas jovens. Mas aquela explosão da sexta-feira pode indicar falhas sistêmicas na segurança. Esse é nosso temor maior”, disse.

No caso da explosão, o sindicato conta que ela aconteceu no horário do almoço, e que por isso ninguém se feriu mais gravemente – ou seja, foi pura sorte. “A explosão que aconteceu perto das 13 horas obrigou a Usiminas a evacuar várias áreas, mas logo depois do acidente, a direção da usina já obrigou os trabalhadores do turno das 15 horas a entrar para trabalhar. Ou seja, sem avaliar ainda de fato o tamanho da tragédia, os riscos que os trabalhadores e a população estão expostos, a Usiminas quer colocar a produção pra rodar a qualquer custo”.

Tudo isso comprova que os trabalhadores terceirizados têm condições mais precárias de trabalho, além de salários menores – e que iniciativas como o PL 4330, que libera a terceirização irrestrita, só servem para sucatear as condições de trabalho, podendo ser fatal.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e região, Weller Gonçalves, em solidariedade aos companheiros de Minas, denunciou: “Estudos comprovam que a maioria dos acidentes de trabalho acontece nas empresas terceirizadas que oferecem condições mais precárias. Pesquisas também revelam que inúmeros acidentes também ocorrem após jornadas extensas. Todas as situações liberadas pelas reformas aprovadas pelo governo. Ou seja, para garantir o lucro dos empresários, rifam a vida dos trabalhadores”.

ANA CLÁUDIA

Trabalhadores são resgatados de trabalho análogo à escravidão em fazendas de Goiás

O Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério do Trabalho e Polícia Rodoviária Federal resgataram 11 trabalhadores de situação análoga à escravidão, durante operação realizada entre os dias 30 de julho e 10 de agosto, no interior de Goiás.

O resgate aconteceu em duas fazendas nos municípios de Montividiu e Serranópolis. Em Montividiu, dez pessoas trabalhavam em uma colheita de milho em jornadas que variavam de 12 a 15 horas diárias, sem direito a folga semanal. Já em uma fazenda nos arredores de Serranópolis, um homem trabalhava como carvoeiro sem registro e quaisquer equipamentos de proteção individual necessários, exposto diariamente a riscos de acidentes com máquinas e à fumaça e calor excessivos. Ele ainda estava alojado em um barraco de madeira sem portas, instalações sanitárias, cozinha adequada, iluminação ou local apropriado para repouso.



Criado com a reforma trabalhista

Trabalho intermitente cresce no mercado formal

Os contratos de emprego intermitentes, em que não há horário fixo ou garantia de um tempo mínimo de trabalho, já chegaram a um quarto das ocupações do mercado formal, segundo dados do Ministério do Trabalho.

Criado em 2017 com a aprovação da reforma trabalhista, o contrato intermitente prevê a ausência de jornadas fixas regulares, assim o profissional é chamado de acordo com a necessidade do empregador, seja ela de uma hora ou 30 por semana.

Além de deixar o trabalhador sem garantias de que receberá uma quantia digna ao final do mês – afinal, cada salário varia com a quantidade de horas trabalhadas – os dados do Ministério apontam para outro problema: diversos profissionais com ensino superior incompleto ou completo ocuparam vagas de trabalho intermitente e menos qualificadas.

Os dados do Ministério do Trabalho mostram que aumentaram os casos de trabalhadores com ensino superior completo contratados como em vagas de recepcionista, garçom, auxiliar de escritório ou operador de caixa.

É possível haver vagas para profissionais qualificados que “funcionem” no regime intermitente; as que mais geraram postos parciais são professores, fisioterapeutas e preparadores físicos.

Os dados mostram que essa modalidade de trabalho não tem condição de gerar empregos dignos, além de ajudar na precarização das contratações.

O diretor-técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Clemente Ganz Lúcio, explica que essa modalidade já existia, à medida que alguns setores, em especial o varejo, têm picos de trabalho e às vezes precisam contratar trabalhadores extras por um período determinado, mas que serve apenas a uma parcela pequena da população. “O trabalho intermitente é algo que sempre existiu e deveria ter uma regulação. Mas é voltado prioritariamente a quem tem mais disponibilidade de tempo, como ocorre com estudantes e aposentados, e não a quem precisa de ocupação em tempo integral”, disse.

Funcionários da Uninove com carteira assinada são substituídos por autônomos

A Universidade Nove de Julho (Uninove) demitiu 130 trabalhadores com carteira assinada para contratar autônomos. Os funcionários denunciam que medidas como esta estão sendo tomadas desde o fim do ano passado, desde que a reforma trabalhista entrou em vigor.

Logo após a volta das férias escolares de julho, supervisores de estágio dos cursos de fisioterapia e enfermagem foram reunidos em grupos diferentes e mandados para o departamento de recursos humanos para o desligamento.

O Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Paulo (SAAESP) confirmou que há 130 pedidos de homologação de demissões da Universidade Nove de Julho (UNINOVE) para o mês de agosto.

A Federação dos Professores do Estado de São Paulo (FEPEP) questiona o fato dos funcionários desligados terem sido registrados como trabalhadores do setor administrativo, uma vez que supervisionar os estágios, discutir casos clínicos é uma função compatível com a atividade de professor.

Para o juiz do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Marcos Scalécio, ainda que a lei do estágio não diga explicitamente que o supervisor precisa ser um docente “esse é um papel que

somente um professor pode desempenhar”. Um profissional formado em fisioterapia que supervisiona um estágio na área não está desempenhando uma função administrativa”.

As demissões na Uninove compõem um cenário em que as universidades privadas estão demitindo profissionais com carteira assinada, contratando funcionários autônomos (ou não), para reduzir os custos e maximizar seus lucros. Fato que só se tornou possível depois que a reforma trabalhista entrou em vigor, em novembro de 2017. Em dezembro do ano passado a Estácio chegou a demitir cerca de mil professores.

A Uninove nega que as demissões tenham relação com a reforma trabalhista e que, “realiza contratação atendendo ao que dispõe a legislação em vigor e as normas que regem as categorias”.

Para Celso Napolitano, presidente da FEPEP, as recentes demissões compõem um cenário de “precarização geral da atividade”. “Agora qualquer empresa pode estabelecer os níveis salariais dos professores de acordo com a sua conveniência. Elas não precisam mais obedecer a critérios transparentes de mérito, título e tempo de serviço”, completou Napolitano.

Venda da Embraer será tema de Audiência Pública na Câmara de São José dos Campos

A venda da Embraer para a Boeing será debatida no próximo dia 20, às 18 horas, em Audiência na Câmara Municipal de São José dos Campos, cidade-sede da empresa, no interior de São Paulo. A audiência faz parte da mobilização dos trabalhadores contra a entrega da estatal para a multinacional norte-americana e está sendo organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Ministério Público do Trabalho.

Um acordo preliminar para a compra da Embraer foi anunciado no início de julho pela Boeing, segundo o qual seria formada uma joint venture, aprovada por Temer, em que a multinacional teria participação de 80% da empresa brasileira.

A audiência abordará os impactos negativos da transação na economia, cadeia produtiva e tecnológica e nos empregos na região, que engloba ainda os municípios de Botucatu e Araraquara, e no país.

O debate contará com a exposição do economista da Unicamp (Universidade de Campinas) Marcos Barbieri, do doutor em sociologia e inovação da USP (Universidade de São Paulo) Roberto Bernardes, além de representantes do Sindicato.

Também foram convidados o presidente da Embraer, Paulo Cesar de Souza e Silva, representantes da Boeing, do Ministério da Aeronáutica, da Prefeitura e Câmara Municipal.

“Esperamos que a Embraer participe da discus-

são e deixe claros os riscos que a transação representa para os trabalhadores. Também esperamos que a Prefeitura não fuja do debate e se posicione em relação aos riscos de perda de empregos na região”, afirma o diretor do Sindicato Herbert Claros.

Segundo o sindicato, as demissões em massa são uma constante no caso de venda de empresas desse porte, como aconteceu com a venda da Alitalia, entre 2008 e 2009, e foi seguida pela demissão de 10 mil trabalhadores e redução salarial de 13%, em média.

No caso da Embraer, o sindicato denuncia que já estão ocorrendo demissões e que “a única justificativa é o acordo com a Boeing, pois não existem motivos concretos para as demissões”.



Em maio de 2017, quando se concretizou a terceirização das unidades de saúde, os servidores se manifestaram, denunciando a iminente precarização do atendimento e o sucateamento da saúde pública

Terceirizados de hospitais municipais de Guarulhos param por falta de salários

Trabalhadores da limpeza do Hospital Municipal de Urgência (HMU) de Guarulhos entraram em greve contra o atraso no pagamento dos salários, na segunda-feira (13). A unidade é administrada pela OS (“Organização Social”) Instituto Gerir, grupo privado que diz não ter prazo para normalização dos pagamentos.

A paralisação também ocorre no Hospital Municipal da Criança e do Adolescente, administrado pela mesma OS. Segundo a empresa, os repasses feitos pela prefeitura não são suficientes para manter a unidade em funcionamento.

O Instituto Gerir diz ter recebido apenas R\$ 4,2 milhões e que esta quantia não é suficiente para dar conta dos gastos com

a unidade. Além disso, afirma que há uma dívida de quase R\$ 30 milhões de repasses que deixaram de ser feitos pela prefeitura.

A gestão do Prefeito Gustavo Henric Costa (PSB) fechou o contrato de terceirização em maio do ano passado, onde passaria R\$10 milhões mensalmente para cobrir os custos do HMU e do Hospital da Criança e do Adolescente. A prefeitura diz ter feito todos os repasses para a terceirizada e que não há motivos para os atrasos.

Após reunião realizada com o Instituto Gerir, na terça-feira (14), a prefeitura afirma que repassou, no mesmo dia, R\$ 700 mil para o pagamento imediato dos salários.

Enquanto isso, funcionários continuam parados contra os atrasos dos salários. Os médicos da uni-

dade também denunciam que estão com os salários de maio, junho e julho atrasados. A situação para os trabalhadores da limpeza não é melhor.

O atendimento à população está ocorrendo apenas em casos de emergências, os demais casos não estão sendo atendidos. No HMU os procedimentos cirúrgicos estão suspensos, pois não tem roupas higienizadas para realizar as cirurgias.

Em maio do ano passado, quando se concretizou a terceirização das unidades de saúde, os servidores se manifestaram contrários à medida e realizaram protestos para impedir a medida, denunciando a iminente precarização do atendimento e o sucateamento da saúde pública. Pelo visto, tinham completa razão.

Obrador anuncia investimento de US\$ 2,63 bi em refinarias



Obrador anuncia a nova secretária de Energia, Rocío Nahle, e para diretor da Pemex, Octavio Romero (no alto à esquerda), entre outros, para o setor energético

Macri joga juros reais a estratosféricos 12% e empurra Argentina à recessão

O presidente da Argentina, Mauricio Macri, aumentou a taxa de juros para 45%, atendendo as exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e sua cartilha neoliberal, que tem arremessado o país em uma profunda crise econômica. A reunião do Comitê de Política Monetária aconteceu na terça-feira (13).

Tentando esconder que seus atos somente aumentam a transferência de recursos do Estado para os bancos privados e fundos especulativos, Macri justifica a alta nos juros dizendo que é para controlar a inflação.

O país, que já está sofrendo uma crise econômica, perderá ainda mais com medidas deste tipo. Antes dessa última alta de juros, quando a taxa estava em 40% nominais e 6% reais, já situavam como as maiores do mundo.



Economia argentina degrading aceleradamente

Agora, com a taxa nominal em 45% e com expectativa de inflação em torno de 34%, com os juros reais atingindo a impressionante taxa de 12% reais, a Argentina, que pegou junto ao FMI um empréstimo de 50 bilhões de dólares, terá de se submeter aos mandos deste.

Macri vendeu, por este montante de dólares, a

soberania do país. Para abaixar os juros, rever metas de inflação ou modificar sua política cambial, o FMI terá que ser consultado. E, caso não seja de interesse do “mercado internacional”, as mudanças não deverão ser implementadas, sejam quais forem os prejuízos para os argentinos.

PEDRO BIANCO

As ideias econômicas de Mauá

(Continuação da página 8)

HEITOR FERREIRA LIMA

Fala-se até hoje que as emissões influem nas flutuações do câmbio. Mauá refutou tal asserção brilhantemente várias vezes, sobretudo na famosa resposta à comissão de inquérito sobre a crise de 1859. Depois de afirmar que o curso do câmbio é regido em toda parte pela lei da oferta e da procura, apontou como causas da baixa do câmbio a deficiência das colheitas ou estagnação da exportação, depreciação desses produtos nos mercados consumidores, importação excessiva e algumas influências transitórias.

Entre nós sempre houve escassez de meio circulante, comprovada pela manutenção da taxa constantemente acima do juro mercantil. Para atender às necessidades da produção não é indispensável que os meios sejam ouro ou prata. Estava convicto, em vista disso, de que a circulação de um papel bancário bem garantido, embora inconvertível e de emissão contida por certos limites legais é um grande bem, e havendo possibilidade de realizá-lo em metal, converte-se na forma mais perfeita do meio circulante. Qualquer abuso é prejudicial e condenável. Não admite que a concentração emissora possa fazer jorrar o ouro, como muitos acreditam, por ser despotismo bancário, perguntando: os despotas não abusam? Para as emissões desreguladas, o corretivo eficaz é a concorrência regulada por lei, garantindo os interesses públicos e bancários, contra os perigos dessa facultade.

Macri fundar o Banco Mauá, Mac Gregor & C.ia, com capital realizado de 20.000 contos de réis, um plano era o de

tomá-lo um vasto estabelecimento de crédito, com filiais nas capitais das vinte províncias do Brasil, secundando esse mecanismo com filiais igualmente em Londres e Paris, alimentando operações de crédito e finanças para o progresso econômico. Constituir-se-ia em centro monetário e financeiro da América meridional. Dessa forma, as empresas brasileiras, amparadas por crédito do governo, não precisariam arrastar-se abatidas aos pés da usura desapiedada dos maus elementos financeiros da praça de Londres; 5% de garantia e não 7% constituiriam base suficiente para conseguir ajuda do capital europeu. Centenas de milhares de contos de réis seriam poupadas dessa maneira.

Para a lavoura, que considerava como a fonte de toda a riqueza pública do Brasil, recomendava a instituição de letra hipotecária, lastreada nas apólices da dívida pública do Brasil, facilitando assim os recursos para seu desenvolvimento.

Verifica-se por aí que Mauá tinha em mente a formação de um mercado de capitais para incrementar a expansão e diminuir nossa dependência da finança estrangeira, que cobrava juros elevados. Esclarecia que seu raciocínio abrangia o Império e não sua Capital, o que explica o apoio dado às medidas de pluralidade bancária de Sousa Franco, tão necessárias realmente, como demonstramos antes e que o próprio Mauá praticava em sua atividade bancária.

Estas concepções econômicas e financeiras de Mauá, apesar de sua imensa significação, têm sido postas de lado ou esquecidas pelos seus biógrafos, exegetas e estudio-

so dos assuntos nacionais. O primeiro, senão o único, a abordá-las foi Santiago Fernandes, em seu admirável livro, lamentavelmente de pouca repercussão, *Ouro — a relíquia brasileira*, onde disse com muita razão que “a contribuição e o espírito científico de Mauá são de tal modo importantes que estão a exigir trabalho especial que lhe dê o relevo que merece”, estudando com profundidade sua crítica à teoria clássica do padrão-ouro, em resumo muito bem feito, destacando os reflexos daí advindos sobre os variados âmbitos da ciência econômica. Trata-se, com efeito, de eminente economista, dedicado aos assuntos nacionais, com toda seriedade, buscando soluções condizentes com nossos melhores interesses, desapegado das teorias clássicas, inconvenientes para nós, mas prestigiosas entre técnicos e políticos, como se fossem doutrinas eternas, de validade universal e inabaláveis.

Tinha razão, pois, Vicente Licínio Cardoso ao escrever que, “se a mentalidade de Pedro II tivesse o vigor construtivo da cerebração de Mauá, teríamos constituído na história dos povos, um caso de evolução interessantíssima.” Os empreendimentos arrojados que levou a cabo e sua rara capacidade no campo teórico-científico, fizeram de Mauá uma figura excepcional em sua época e mesmo posteriormente, considerando-se o tempo e meio em que viveu e sua formação inteiramente autodidática.

Em breve síntese, são estas as ideias econômicas e monetárias de Mauá.

Chefe do Pentágono, ‘Mad Dog’, vem à AL e pressiona o Brasil para que se afaste da China

Já está em tour pela América Latina o chefe do Pentágono, o general ‘Mad Dog’ [Cachorro Doido] Mattis, onde passará em revista os capachos de Washington em quatro países, Brasil (adivinha quem?), Argentina (Macri), Chile (Piñera) e Colômbia (Duque, o sub-Uribe).

Já o presidente da Bolívia, Evo Morales, condenou a presença de ‘Mad Dog’ e sua apologia dos “interesses norte-americanos” na América do Sul. “Primeiro, os interesses da América Latina e do Caribe, uma zona de paz que rejeita as bases militares para saquear nossos recursos naturais”, acrescentou.

Tendo sido agraciado com orçamento de US\$ 716 bilhões, o chefe do Pentágono está em busca de no que desperdiçar os recursos que faltam nos EUA, para fazer a saúde pública, a universidade gratuita e consertar a infraestrutura em pandarecos. Como se 800 bases no mundo inteiro fosse pouco, ‘Mad Dog’ — que tem esse apelido por causa da sua campanha genocida contra a cidade de Faluja — anda querendo abrir umas unidades novas em vários países sul-americanos.

No Brasil — como se sua própria trajetória não testemunhasse o oposto com relação ao relacionamento dos EUA com outros povos — disse que os dois países “têm interesses baseados em uma história compartilhada em termos geográficos, democráticos”. Quanto à China, segundo Mad Dog, não se pode “dizer o mesmo com credibilidade”. Aliás, haja história democrática e credibilidade aos EUA, participes ativos de golpes que depuseram governos democráticos e populares como os de João Goulart e Salvador Allende.

Além disso, querem empalmar a estratégica base espacial de Alcântara. Os delicados ouvidos de ‘Mad’ foram incomodados pelos disparos de fuzil em uma favela próxima do hotel no Leme em que se hospedou.

No Equador, aquela base que Rafael Correa havia fechado, vai voltar a operar para ‘combater o narcotráfico’, anunciou o solícito Moreno no início de agosto. Ali, quem participou pelo império da pajelança entreguista foi o vice Mike Pence em junho, que cobriu de afagos a Moreno, em má hora batizado por um pai esperançoso como ‘Lenin’. Foi retomado acordo militar com Washington abolido há 11 anos. Na Colômbia, operam oficialmente sete bases norte-americanas (três aéreas, duas de marines e duas do exército), com 800 soldados e 600 ‘contratados’. Na Argentina, a volta das ‘relações carnavais’ com Washington abriu caminho para a instalação de bases na província de Neuquén, como denunciado pela oposição. No Chile, é ‘só treinamento’, asseveraram os bondosos ianques, sempre prontos a prestar apoio, ainda mais sob as ordens de Trump.



“Poder ao povo, não aos corruptos” África do Sul investiga corrupção que levava o Estado a perder causas

Em suas medidas de combate à corrupção, governo do atual presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, abriu investigações em todo o país contra um dos desvãos de uma corrupção através dos quais transitaram bilhões de dólares em dinheiro dos cofres públicos para seqüiosos afanadores: promotores que perdiam casos intencionalmente.

Desde que assumiu o cargo, em fevereiro, Ramaphosa tem levado a frente uma política anticorrupção, visto que o país tem visto diversos escândalos nos últimos tempos.

Nesta terça-feira (14), o ministro da Justiça Michael Masuthua anunciou que agiria para sufocar a corrupção dentro da Procuradoria do Estado. Os procuradores, que prestam serviço legal para o Estado, estão sendo acusados de fazer acordo com os advogados privados, o que pode ter custado cerca de 80 bilhões de randes sul-africanos, equivalente a R\$21 bilhões, aos cofres públicos.

Segundo Masuthua, questões que deveriam ter sido resolvidas pela corte foram resolvidas fora desta, em acordos entre servidores públicos e escritórios advo-

caria, que envolviam somas exorbitantes de dinheiro.

“Vai ser uma das maiores e mais abrangentes investigações que a instituição já realizou”, disse Masuthua. “Quando você faz uma limpeza, você não pode deixar nenhum canto, porque é onde as baratas podem se esconder”, completou o ministro, encorajando o conjunto da sociedade a cooperar com as investigações.

A Unidade Especial de Investigações (UEI), instituição criada para o combate à corrupção, será utilizada para o caso. Segundo o chefe da UEI, Andy Mothibi, a ação envolverá nove províncias e durará um ano. Também serão investigados todos os envolvidos do setor privado.

“A investigação ajudará o Departamento de Justiça a resolver suas preocupações que foram levantadas pelo público, meio jurídico e outros departamentos do governo, em relação ao funcionamento e a conduta de alguns funcionários dentro da Procuradoria do Estado”, garantiu Mothibi.

Segundo o ministro da saúde Aaron Motsoaledi, metade dos US\$ 21 bilhões empalmados fugiu por ralos abertos em sua pasta.

Os recursos irão para modernização de seis refinarias da Pemex. Além disso, o presidente eleito do México informa que em três anos será construída uma nova unidade

O presidente eleito do México, Andrés Manuel López Obrador (AMLO), que assumirá em 1º de dezembro, afirmou que o Estado investirá mais de 2 bilhões e 630 milhões de dólares para iniciar a reabilitação do sistema de refinarias da estatal Petróleos Mexicanos (Pemex).

AMLO afirmou que modernizará as seis refinarias com as quais conta o país para que operem a plena capacidade em dois anos. Também planeja construir uma nova refinaria em Dos Bocas, no sul do Estado de Tabasco, com um investimento de 8,6 bilhões de dólares ao longo de três anos. Atualmente as unidades funcionam com 40% a menos de sua capacidade, produzindo somente 1,9 milhões de barris por dia de refinados.

“Com essa nova refinaria, e a reabilitação das seis já existentes, vamos cumprir nossa promessa de campanha de parar com as compras de gasolina no exterior e de baixar os preços dos combustíveis na metade do prazo de seis anos”, assinalou, colocando ênfase no fortalecimento da produção nacional e no mercado interno.

López Obrador disse que seu governo buscará também aumentar a produção de eletricidade renovando as usinas hidrelétricas do México.

Acrescentou que 4 bilhões de dólares serão utilizados para trabalhos de prospecção no Golfo do México e outras jazidas importantes localizadas nos estados de Chiapas, Tabasco e Veracruz, com a finalidade de aumentar a extração de hidrocarbonetos.

O presidente eleito garantiu que seu governo impulsionará a produção de petróleo do país para 2,5 milhões de barris por dia (bpd); uma produção que já atingiu um pico histórico de 3,4 milhões de barris diários em 2004, e começou a declinar ano após ano, até chegar aos 1,9 milhões de barris em

2018, uma queda de cerca de 45% acumulada em 14 anos. O México importou uma média de cerca de 590 mil barris por dia (bpd) de gasolina e outros 232 mil (bpd) de diesel até agora, neste ano, quase tudo dos Estados Unidos. Também serão revisados todos os contratos da Pemex nos últimos três anos.

“Não vai ser fácil, porque os da máfia do poder têm se esmerado em destruir a Petróleos Mexicanos, Pemex, mas vamos recuperar a indústria petrolífera nacional”, frisou AMLO sobre a situação da principal empresa do país. “As políticas que foram aplicadas nos últimos 30 anos não funcionaram. Sequer tivemos crescimento econômico. O que cresceu foi a corrupção, a entrega do nosso patrimônio, a pobreza e a violência. Por isso, vamos mandar essas políticas para a lixeira da história”, declarou.

Confirmando a afirmação, de acordo com a organização internacional de direitos humanos, Oxfam, os níveis de pobreza do México atualmente são praticamente os mesmos de 20 anos atrás. “Desvalorização do trabalho, corrupção exacerbada, crescimento do crime organizado e falência do Estado, assim está nosso país”, insistiu o presidente eleito do México.

O reitor da Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM), Enrique Graue, e reitores das outras universidades públicas do país têm encontro marcado com Obrador na próxima semana, para lhe entregar uma série de propostas em matéria de ciência, tecnologia e inovação. Graue registrou que o trabalho que será apresentado “foi fruto de profundos debates e pesquisas dos melhores cientistas do país e está ancorado na decisão de AMLO de investir firme na soberania do país, que passa pela ciência e a tecnologia nacionais”.

SUSANA SANTOS

Maduro informa que gasolina sofrerá aumento de 6.085%

O presidente da Venezuela, Maduro, anunciou recentemente o aumento de preço da gasolina super de US\$ 0,01 o litro para US\$ 0,95, o primeiro reajuste em duas décadas. O aumento da antes “gasolina mais barata do mundo”, entrará em vigor nesta sexta-feira, sendo de 1.328,5% para a normal e de 6.085% para a super. Na América Latina, o preço do combustível varia entre US\$ 0,55 (Equador) e US\$ 1,41 (Uruguai).

Em cadeia de rádio e televisão, Maduro disse que a medida é uma “ação necessária” para enfrentar a grave crise econômica em que o país se vê mergulhado, com a inflação oficial anualizada em 141,5%.

“A gasolina precisa ser vendida a preço internacional para parar o contrabando para a Colômbia e o Caribe”, declarou o venezuelano, avaliando que a perda anual com o desvio alcança os US\$ 18 bilhões (R\$ 70,2 bilhões).

O presidente da Petróleos de Venezuela (PDVSA), Rafael Ramirez, declarou que o aumento exorbitante é “uma traição a Chávez” e nem mesmo Carlos Andrés Perez (que os venezuelanos apelidaram de Carniceiro) ousou praticar. “É incrível que se

transfira o peso da crise e da ineficiência do governo ao povo”, acrescentou Ramirez.

Esclareceu que a população venezuelana ficará “mais pobre”: “Quando o governo aumenta a gasolina a preços internacionais faz com que o cidadão venezuelano pague o mesmo que europeus e norte-americanos, que vivem em países onde os salários são muito maiores”.

Ramirez esclareceu que quando dirigiu a empresa estatal de petróleo ajustou o preço para o custo da produção para não tirar do povo seus ingressos “agora ainda mais desvalorizados pela crise econômica”.

O governo de Maduro tenta se defender das críticas à absurda majoração dizendo que os combustíveis serão subsidiados para os que possuem a “Carteira da Pátria” (espécie de Bolsa Família com cestas básicas que, em meio ao desastre de destruição do emprego e dos salários serviram — tal como aqui — como fator de chantagem eleitoral. Na Venezuela, serviu como um dos artifícios usados para legitimar poderes absolutos ao inepto Maduro, na recente farsa de “renovação constitucional”).

Destruição da Previdência Social no Chile aumenta a taxa de suicídios de idosos

Uma das mais dramáticas consequências da desumana privatização da Previdência Social Chilena, cometida pelo general Pinochet, sob inspiração de Milton Friedman e seus Chicago-boys e aplaudida pelo FMI, é que, entre 2010 e 2015, 936 adultos maiores de 70 anos tiraram sua própria vida. Como revelou levantamento feito pelo Ministério da Saúde do Chile e pelo Instituto Nacional de Estatísticas Vitais, a taxa de suicídios para os maiores de 80 anos está em 17,7 por cada 100 mil habitantes e em 15,4 na faixa etária de 70-79 anos, contra uma média nacional de 10,2 e é recorde na América Latina.

O que esses números apontam é o terrível preço que a privatização da Previdência, acabando com o sistema solidário intergerações e impondo contas privadas sob controle de fundos especulativos (AFP), continua cobrando. O colapso do sistema já não tem como ser escondido à medida que o arrocho nas pensões e aposentadorias se reflete no aumento do número de suicídios e nos protestos generalizados nas ruas do país: “Não mais AFP!”.

Entre tantos casos, ganhou notoriedade recentemente o do casal Jorge Olivares Castro (84) e Elsa Ayala Castro (89) que, após 55 anos, decidiu “partir juntos” para “não seguir molestando mais”. A evolução do câncer de Elsa, conjugada a uma primeira etapa de demência senil, faria com que tivesse de ser internada numa casa de repouso. O marido calculou que poderiam pagar, mas somente se somassem ambas as aposentadorias e vendessem a casa. Sem qualquer perspectiva, Jorge e Elsa decidiram abreviar suas vidas com dois disparos.

Assim, à medida que a idade avança e escasseiam os recursos para tratamento médico e subsistência, os idosos passam a se sentir cada vez mais como um fardo para a família. Impossibilitados de enfrentar economicamente enfermidades, o tema do suicídio acaba se colocando como “uma saída honrosa”, como denuncia a psicogeriatra Daniela González.

Sob a ditadura pinochetista, como nos neoliberais de agora, a “solução” era reduzir o Estado e os direitos, “eliminar o déficit” – fictício -, e tirar dinheiro dos trabalhadores para colocar na mão do sistema financeiro, com a especulação incumbida de formar uma poupança que permitiria gozar a velhice.

Só se descontava do trabalhador (10% do salário), os empregadores e o governo não entravam com qualquer montante. O rendimento desses fundos, com base nas flutuações do mercado, determinaria a quantidade de dinheiro que cada um iria acumular para a hora de se aposentar. Descontadas, claro, as pesadas taxas de administração – além das falcatruas. Como os fundos de especulação têm o péssimo costume de quebrar ao longo do tempo, economias de uma vida inteira foram perdidas sob tão iníquo sistema.

Atualmente, das seis AFPs que atuam no Chile, três são norte-americanas (Principal, Prudential e MetLife), uma é brasileira (BTG Pactual) e uma colombiana (Sura), que açambarcam fundos de 10 milhões de filiados, no total de US\$ 170 bilhões aplicados na especulação. Mecanismo que, segundo a Fundação Sol, entidade que estuda as condições de trabalho no país, faz com que a pensão média recebida por 90% dos aposentados chilenos seja de pouco mais de 60% do salário mínimo, inteiramente insuficiente para os gastos de um idoso. Para o doutor José Aravena, da Sociedade de Geriatria e Gerontologia do Chile, os suicídios de idosos deveriam “fazer soar o alerta” sobre como se está envelhecendo no país. “Como sociedade não podemos permitir que pessoas que construíram com tanto esforço este país estejam passando seus últimos anos na tristeza”.



Rússia, Irã, Cazaquistão, Azerbaijão e Turcomenistão

Rússia, Irã e os demais países do Mar Cáspio firmam acordos militar e sobre uso de recursos

Os países do Mar Cáspio realizaram importante encontro que firmou acordo para compartilhar recursos e barrar a presença de bases militares estrangeiras.

O encontro, realizado no último domingo (12), reuniu os presidentes da Rússia, Irã, Azerbaijão, Cazaquistão e Turcomenistão.

Para o presidente do Cazaquistão, o que anfitrião da Convenção, este foi “evento histórico”. Desde o fim da União Soviética e a separação dos vários países, os dirigentes destes não conseguiam entrar em um acordo ou formar consensos. Agora o Mar Cáspio terá um estatuto legal especial.

Vladimir Putin, presidente da Rússia, enfatizou a importância dos

entendimentos a nível militar. Agora, somente os cinco países poderão ter bases militares na região. “O Cáspio pertence apenas aos países do Cáspio”, lembrou o presidente iraniano, Hassan Rouhani.

Para Rouhani, o documento não resolve todas as disputas referentes ao Cáspio, mas não por isso deixa de ser importante.

O acordo mantém o uso compartilhado do mar, mas divide seu leito e recursos subterrâneos. Poderão ser levados à frente com maior facilidade projetos de infraestrutura, podendo ser de cooperação entre os países. O Turcomenistão, por exemplo, poderá construir um gasoduto que irá para a Europa.

Descaso da gestão privada com a ponte levou à tragédia de Gênova



Em 2016 a Atlantia já fora cobrada para fazer reparos na estrutura da ponte Morandi

China comemora em Nanquim os 73 anos da rendição japonesa na II Guerra Mundial

A China comemorou nesta quarta-feira (15) o 73º aniversário da rendição do Japão na II Guerra Mundial.

Uma grande celebração pela paz realizada em Nanquim, capital da província oriental chinesa de Jiangsu, marcou a data e o repúdio ao que ficou conhecido como Massacre de Nanquim perpetrado pelos japoneses ao invadir a China com a matança de 300.000 chineses. Os assassinatos aconteceram majoritariamente durante seis semanas a partir da conquista de Nanquim, então capital da China, em 13 de dezembro de 1937, caracterizando a ofensiva do Japão na tentativa de ocupar a China.

Nessa época o Japão já ocupava a Coreia desde 1905 e, pouco depois disso, partes da região da Manchúria chinesa. O ato em Nanquim contou com a participação de representantes de países como a Tailândia e do próprio Japão no Pavilhão em Homenagem às vítimas do massacre de Nanquim, considerado um dos mais bárbaros episódios da II

Guerra Mundial.

Uma organização pacifista japonesa vinda da cidade de Kobe depositou ramos de flores em homenagem às vítimas. “Vimos à China pela vigésima segunda vez trazer nossas homenagens à assembleia de paz pois o povo chinês foi vítima da guerra e este é um ato que merece ser lembrado”, afirmou Miyuchi Yoko.

Um cidadão chinês, vítima do massacre, Ge Daorong, se lembrou dos acontecimentos emocionados, ele tinha apenas 10 anos quando Nanquim foi invadida. Ele e seus pais fugiram para uma região segura, mas seus tios e demais familiares morreram todos. “Relembramos esses tristes episódios da história pra apreciar a paz de hoje”, afirmou.

Enquanto em Nanquim o governo chinês celebrava a paz, em Tóquio, o governo japonês celebrava o belicismo e a ação dos invasores japoneses sempre seguida de estupros, violência, massacres e selvageria incomuns contra os povos

dos países invadidos.

Em Pequim o Ministério de Relações Exteriores da China instou o Japão “a refletir sobre sua história de invasões a outros países, sem o que o país asiático não recuperará a confiança dos países vizinhos no continente”. O governo chinês não viu com bons olhos o fato de o ministro japonês Shinzo Abe oferecer flores em ritual no santuário Yasukuni dedicado aos militaristas adoradores de Hitler, exatamente na data da rendição japonesa, homenageando os agressores dos povos de muitos países asiáticos. China, Coreia, Tailândia, Indonésia, Vietnã, malásia, Filipinas, Cingapura e Birmânia são alguns deles. “O governo da China se opõe firmemente a essas ações. O santuário Yasukuni honra criminosos de guerra classe A da II Guerra Mundial, os que foram diretamente responsáveis pelas agressões militares”, disse o porta-voz do MINREX da China, Lu Kang. R. C.

PIB da Zona do Euro cresce 0,4% no segundo trimestre, com a França e a Itália na lanterna

A economia da Zona do Euro cresceu 0,4% no segundo trimestre do ano, anunciou o Eurostat, o bureau de Estatística da União Europeia. A UE dos 28 teve desempenho igual: 0,4% na comparação com o trimestre anterior. Os dezenove da Zona do Euro avançaram no mesmo ritmo que o trimestre anterior, mas três décimos a menos do que no mesmo período do ano passado. Entre as principais economias europeias, a Alemanha cresceu a 0,5%, enquanto França e Itália tiveram desempenho pífio, 0,2%. A Espanha cresceu 0,6%.

Comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, o PIB ajustado sazonalmente se elevou em 2,2% - tanto na Zona do Euro como no conjunto da UE -, depois de +2,5% e +2,4% respectivamente nos trimestres prévios. Ou seja, há uma tendência de desaceleração. Conforme o El País, foi “a surpresa favorável” do desempenho alemão - mais 0,5% - que evitou “grandes males no último minuto”, mas a desaceleração “lança no chão os argumentos que atribuem os dados ruins do início do ano a fatores sazonais”.

No ano passado, a Europa

EUA: bebê imigrante morre após sair de centro de detenção

Um bebê imigrante morreu recentemente após sair de um centro de detenção da Agência de Imigração e Alfândega (ICE) dos EUA. Conforme a advogada Mana Yegani, o episódio ocorreu “como resultado de possíveis cuidados negligentes e de uma doença respiratória que ela contraiu de uma das outras crianças”.

O caso da pequena imigrante vem sendo abafado pelo governo, mas está sen-

teve o maior crescimento da última década, graças à desvalorização do euro, que favoreceu as exportações, às torneiras abertas do Banco Central Europeu (BCE), comprando papéis dos bancos com sua versão do “quantitative easing”, e ao preço em baixa do petróleo e energia. Mas, com a guerra comercial de Trump, o desassossego na Turquia, as ameaças de sanção contra quem fizer comércio ou investimento com o Irã e o aperto sinalizado pelo BCE os presságios para os próximos períodos não são exatamente os mais animadores.

Por agora, as conversações entre Jean-Claude Juncker e Donald Trump afastaram - ou adiaram - as temidas sobretaxas sobre os automóveis europeus, mas se considera que se trata de uma trégua “de termos vagos”. As sobretaxas sobre aço e alumínio foram mantidas, assim como a resposta europeia. A Itália continua enferma, e o desabamento da ponte em Gênova só revela que o tempo está se esgotando. Um dos líderes da Liga, Giancarlo Giorgetti,

denunciou que a Itália poderá ser atingida por um ataque especulativo em breve. Na Turquia, a exposição à dívida de bancos franceses, espanhóis e italianos supera os 100 bilhões de euros e preocupa o BCE. Não há luz à vista no túnel do Brexit, conforme advertiu o chanceler inglês, quanto à possibilidade de saída sem acordo.

A melhora na Alemanha observada no segundo trimestre refletiu o aumento do consumo interno e dos gastos públicos. O governo Macron culpou a greve contra a privatização das ferrovias pelos números decepcionantes na economia. Enquanto isso, o PIB dos EUA no segundo trimestre subiu +1% (após 0,5% no primeiro trimestre), o que é mais do que o dobro do resultado europeu. Ainda assim, analistas afirmam que o crescimento europeu permanece “sólido” por ser apoiado pelo crescimento “do consumo e do emprego”. Mas a própria máfia de Bruxelas não está tão segura: em junho, reduziu para baixo em dois décimos a previsão de crescimento para este ano, situando-a agora em 2,1%.

do alvo de denúncias de organizações de direitos humanos.

Como parte da luta contra a política de “tolerância zero”, o juiz federal Emmet Sullivan, da corte distrital em Washington, determinou o retorno de uma criança com duas imigrantes, quinta-feira, impedindo que fossem deportadas. Elas integram o grupo de 12 autores (9 mulheres e

3 crianças) de um recurso apresentado pela União Americana pela Liberdade Civil (ACLU) contra as políticas persecutórias adotadas pela administração Trump.

Informado de que as duas haviam sido colocadas em um voo para a América Central, o juiz ordenou o seu imediato retorno e alertou que o governo federal poderia ser acusado de “desobediência” pelo tribunal.

Após embolsar montanha de euros com pedágios, concessionária de rodovia e ponte “não gastou o que deveria na manutenção”, afirma ministro dos Transportes da Itália. Mortos já chegam a 39

Atlantia, administradora privada da ponte Morandi, que desabou terça-feira (14) matando ao menos 40 pessoas em Gênova, lucrava “bilhões de euros com os pedágios mais caros da Europa”, mas “não gastou o dinheiro que deveria” na segurança e sua concessão deve ser revogada, declarou o ministro de Infraestrutura e Transportes da Itália, Danilo Toninelli. Arrecadam bilhões, pagam poucos milhões de impostos, e nem sequer fazem a manutenção necessária para as pontes e eixos viários”, acrescentou o ministro, para quem “os responsáveis por esta tragédia injustificável devem ser castigados”.

A montanha de euros amealhada pela Atlantia, que tem ramificações pelo mundo todo, não é uma figura de linguagem utilizada em momento de indignação. É fato. Somente no ano passado, a concessionária embolsou um lucro líquido de 1,17 bilhão de euros e um faturamento de 5,97 bilhões, que representaram um aumento de 4,5% e 8,9%, respectivamente, em relação a 2016.

A comoção causada pela tragédia fez com que o executivo italiano convocasse uma reunião extraordinária para Gênova. Afinal, a consternação aumenta com a tomada de consciência das pessoas de que qualquer um poderia ter sido vítima. Uma indignação diretamente proporcional ao descaso evidente com que o problema da falta de manutenção - e fiscalização - da ponte Morandi foi tratado ao longo dos anos, particularmente diante da visível deterioração estrutural e da falta de condições para suportar o aumento de intensidade do tráfego.

COLAPSO DAS JUNTAS

Em documento oficial, datado de 28 de abril de 2016, o então senador Maurizio Rossi havia alertado ao governo que parte da estrutura do viaduto estava cedendo e precisava passar por procedimentos de manutenção. “Recentemente, a ponte foi objeto de um colapso preocupante das juntas, que exigiram um extraordinário trabalho de manutenção sem o qual o risco de fechamento é concreto. Se é verdade que a ponte Morandi, dadas as críticas condições atuais, poderia ser fechada, pelo menos para o tráfego pesado, dentro de alguns anos jogaria a cidade em caos total”, destacou Rossi. Após o senador ter protocolado a denúncia, a rodovia passou por “reformas” cosméticas, cujas gambiarras ficaram mais do que evidentes.

Diante das absurdas falhas estruturais, que logo iriam cobrar seu elevado preço, o professor Antonio Brencich, da Faculdade de Engenharia da Universidade de Gênova, também havia se pronunciado: “Mais cedo ou mais tarde, terá que ser substituída. Eu não sei quando. Mas haverá um tempo em que o custo de manutenção será maior do que o de substituição”. Não bastasse ignorar solenemente os alertas, a empresa foi além, alegou que “o monitoramento e a manutenção realizados têm como base os melhores padrões internacionais”.

Pressionado pela população, o primeiro-ministro Giuseppe Conte afirmou que além do Estado já ter iniciado os procedimentos para a cassação da conces-

são da Atlantia, responsável pela autopista A10 e pela ponte Morandi, a empresa deverá ser multada em 150 milhões de euros. “É uma ferida grave para Gênova e para toda a Itália. Temos o direito de viajar seguros”, ressaltou.

Em seu último informe, a Prefeitura da cidade informou que há três crianças entre os mortos e que 12 dos 16 feridos se encontram em estado grave. Pelo menos 30 automóveis e três caminhões pesados estavam na parte de 200 metros - e 45 metros de altura - que desabou. Uma grande parte da estrutura despencou no leito do córrego Polcevera, mas trechos imensos caíram sobre residências e galpões, deixando cerca de 650 pessoas sem moradia.

ESCOMBROS

Centenas de bombeiros e socorristas continuam buscando sobreviventes embaixo dos escombros, o que possibilitou que pelo menos quatro pessoas fossem resgatadas com vida. A administração municipal decretou dois dias de luto oficial.

Não se sabe até o momento o que teria causado o colapso da construção dos anos 60 - que atravessa uma área densamente habitada - por onde passa a rodovia A10, que liga pela costa mediterrânea as cidades do Norte da Itália ao Sul da França.

Para o ministro do Interior, Matteo Salvini, “uma companhia como a que maneja esta parte da rodovia, que gera bilhões de lucros, deve explicar aos italianos porque não fez todo o possível para reinvestir uma parte deste lucro em segurança”.

O cartel que tem a concessão da ponte Morandi - e tem como acionista a Benetton - administra mais de 5 mil quilômetros de estradas, sobretudo na Itália, onde abocanha 51% da rede, incluindo o eixo Milão-Bolonha-Florença-Roma-Nápoles, também atua no Brasil, no Chile e na Espanha. Em nosso país, integra, junto com o grupo Bertin, a joint venture AB Concessões S/A, que administra mais de 1.500 quilômetros de rodovias, sendo “responsável” pelas concessionárias Triângulo do Sol (100%), Rodovias das Colinas (100%) e Rodovias do Tietê (50%), em São Paulo, e a Nascentes das Gerais (100%), em Minas Gerais.

Mais recentemente, a Atlantia se uniu à multinacional Hochtief-ACS (Alemanha-Espanha) para abocanhar por 18,2 bilhões de euros a concorrente espanhola Abertis, autoproclamada “a primeira concessionária de rodovias” do mundo, com mais de 8.600 quilômetros em 15 países.

Herdeira do grupo público Autostrade SpA, privatizado em 1999, a Atlantia se tornou em março a primeira acionista do Getlink (ex-Eurotúnel), que administra o túnel submarino que atravessa o Canal da Mancha. O cartel rodoviário também tem forte presença no setor aéreo com os dois aeroportos de Roma, o de Fiumicino e o Ciampino, por onde passaram 47 milhões de passageiros em 2017.

Conforme o ministro Danilo Toninelli, “se não são capazes de gerir nossas rodovias, o fará o Estado”. “Não haverá mais acordos que beneficiem gestores privados em detrimento do Estado”, concluiu.

LEONARDO SEVERO

As ideias econômicas de Mauá

O texto desta página é o sétimo capítulo da **"História do Pensamento Econômico no Brasil"**, de Heitor Ferreira Lima, dedicado às ideias econômicas e monetárias do Barão de Mauá.

O livro foi publicado em 1976, com a colaboração do Instituto Roberto Simonsen, da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp).

O autor, um dos principais historiadores econômicos do país, foi, também uma figura da História do Brasil: na origem um alfaiate que veio de Mato Grosso para São Paulo, Heitor Ferreira Lima foi o único economista brasileiro formado na Escola Leninista Internacional, de Moscou. Em sua volta ao Brasil, durante alguns meses de 1931, foi, inclusive, secretário-geral do Partido Comunista, do qual se afastou na década de 40 do século passado.

Em 1944, sob a égide de Roberto Simonsen, tornou-se assessor econômico da Fiesp e membro de seu Conselho de Economia Industrial, assim como de seu Departamento de Economia.

É autor de livros como **"Castro Alves e sua Época"** (1942), **"Evolução Industrial do Brasil"** (1954), **"Formação**

Industrial do Brasil" (1961), **"Mauá e Roberto Simonsen"** (1963), **"Do Imperialismo à Libertação Colonial"** (1965), **"História Político-Econômica e Industrial do Brasil"** (1970), **"Três Industriais Brasileiros"** (1976), **"Caminhos Percorridos"** (1982), **"Perfil Político de Silva Jardim"** (1987), e, naturalmente, **"História do Pensamento Econômico no Brasil"** (1976).

Foi, também, um dos principais colaboradores da "Revista Brasileira", editada por Caio Prado Júnior, até seu fechamento, com o golpe de Estado de 1964.

Sobre suas concepções na época em que escreveu o texto que hoje apresentamos, há um trecho de sua "nota preliminar" à **"História do Pensamento Econômico no Brasil"** em que as delinea com clareza:

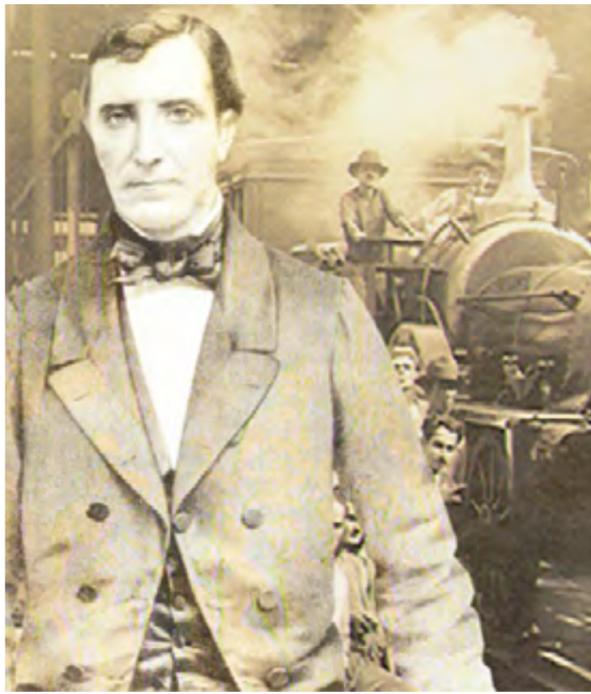
"O que parece, no entanto, ressaltar de forma limpa é que a corrente de pensamento econômico melhor adotada às nossas condições particulares emergiu inicialmente no primeiro pós-guerra, em decorrência do progresso industrial registrado na época, com a criação do Centro das

Indústrias do Estado de São Paulo e o aparecimento de Roberto Simonsen, preconizando a industrialização, como meio de erguer o baixo padrão de vida da população e superar o retardamento material em que nos encontrávamos. Até aí, nosso crescimento tinha sido 'para fora', isto é, em função do processo de exportação de produtos primários que realizávamos, devido ao papel periférico por nós desempenhado na economia mundial. Propugnando Simonsen por novas atitudes para aumento da riqueza geral, pregava na prática o desenvolvimento 'para dentro', buscando com isso uma transformação estrutural.

"Mais tarde, no segundo pós-guerra, a Cepal amplia, aprofunda e estende as teses de Simonsen para toda a América Latina, rejeitando a obsoleta teoria da divisão internacional do trabalho, formulada nos países adiantados, mas sem aplicação em outras regiões e em condições históricas diferentes."

Este é o autor do perfil intelectual de Mauá, que oferecemos aos nossos leitores.

C. L.



Visconde de Mauá — litografia de S. A. Sisson ao final da década de 1850

HEITOR FERREIRA LIMA

Em 1822, vindo do Rio Grande do Sul, onde nasceu, desembarcava no Rio de Janeiro, com 9 anos de idade, o menino Irineu Evangelista de Sousa, que mais tarde se tornaria Barão e Visconde de Mauá. Sem instrução nem parentes que o ajudassem, foi se empregar como caixeiro numa loja comercial.

Desejando ardentemente progredir e subir na vida, estudava à noite, sozinho ou auxiliado por algum freguês que a isso se dispunha. Assim aprendeu francês, inglês, contabilidade e outras matérias, com devotamento exemplar. Aos 16 anos entrou para uma firma inglesa, da qual se tornaria sócio aos 23 anos, graças aos esforços, dedicação e inteligência demonstrados precocemente, o que constituía, por certo, esplêndida vitória. Já aos 33 anos, dono de considerável fortuna que lhe garantiria uma existência folgada, sem trabalhar, deixa o comércio para dedicar-se à indústria, aspiração alimentada desde sua primeira viagem à Inglaterra, em 1840.

Nesse espaço de tempo, de pouco mais de duas décadas (1822-1846), o Brasil, especialmente o Rio de Janeiro, passou por profundas transformações: a Independência, forte crise monetária, Confederação do Equador, fechamento do Banco do Brasil, incompatibilidade de Pedro I com o país e sua volta a Portugal, motins militares e insurreições populares em várias províncias, empréstimos externos onerosos, dificuldades financeiras, decadência da lavoura do açúcar, base de nossa economia, enfim, acontecimentos de extraordinárias significações, prenhes de grandes lições para a mentalidade arguta e viva de Mauá.

Além disso, os contatos mantidos com comerciantes, banqueiros, funcionários públicos, políticos que frequentavam a casa onde trabalhava e outros lugares que percorria, davam-lhe naturalmente uma visão clara e aguçada da situação do país, das necessidades e das causas dos males que sofria, proporcionando-lhe um conhecimento amadurecido e seguro do que via e fixando nele concepções particulares a respeito de nossos problemas. Assim formou-se o Mauá definitivo que conhecemos, com realizações e ideias que repercutem até hoje, despertando interesse e controvérsia.

Que éramos então? Um país escravocrata, latifundiário, monocultor, sem indústrias nem comunicações, carente de transportes territorial e urbano, de economia periférica, escassamente povoado, sem recursos para a produção; em suma, um imenso espaço geográfico a ser povoado e fecundado para criação da riqueza material.

Orientado, com certeza, pela tarifa alfandegária Alves Branco, que elevava as alíquotas das importações, especialmente dos artigos

manufaturados de que tanto dependíamos, ao abandonar o comércio Mauá adquire o estabelecimento de Ponta da Areia, em Niterói, ampliando-o consideravelmente e transformando-o no maior estaleiro e empresa metalúrgica da época. Lá se construíram 72 navios, metade da tonagem marítima que possuíamos, entre os quais um terço da frota naval da Guerra do Paraguai. Contava com 11 oficinas, fundições de ferro e bronze, serralharia, caldeiraria, construção naval e outras, onde se construíram, além dos navios, grandes cilindros, prensas hidráulicas, engenhos de açúcar, tubos para encanamentos etc., empregando 1.000 operários. Mãos criminosas estrangeiras, entretanto, incendiaram o estabelecimento quase completamente, causando graves prejuízos.

A tarifa de 1860, isentando de direitos os produtos da lavoura e navios importados, bem como a redução das encomendas do governo, levaram Mauá a transferir, para outras mãos, o seu notável estabelecimento, com perda superior a 1.000 contos de réis. Comprou também, por 500 contos de réis, a Cia Luz Steárica, fundada pelo francês Lajou, que ampliada e desenvolvida, passou posteriormente a um grupo industrial brasileiro, que a inseriu num conjunto fabril que dirigia. Tomou parte ainda na Cia de Curtumes, que funcionava desde 1865, destinada a aproveitar o couro do gado abatido na Capital do Império, mas que, por má administração, resultou em desastre financeiro.

Nos vinte anos decorridos entre 1853 a 1873, Mauá ajudou a todos os empreendimentos que surgiram, como banqueiro, acionista, incentivador, pois imprimia confiança a qualquer iniciativa em que aparecesse seu nome. Daí o fato de ter participado, societariamente, de fábricas de tecidos, de engenhos de açúcar etc.

Outra linha de ação de Mauá foi constituída pelos melhoramentos urbanos, sendo a de maior destaque a iluminação a gás da cidade do Rio de Janeiro, o Botanical Garden Rail Road Company, o dessecamento do vasto pântano formado pelo Mangue, a iniciativa do abastecimento de água do Rio de Janeiro, que também foi transferida para outra firma.

No domínio das comunicações, em 1874, instalou o telégrafo submarino, ligando o Brasil a outros países. Essa empresa foi vendida depois à Western Brazilian Telegraph Company; iniciou a navegação regular do Rio Amazonas por paquetes confortáveis e tentou a onerosa realização de um dique flutuante.

No setor de transportes, Mauá foi o pioneiro, e o maior impulsor das estradas de ferro entre nós. A primeira foi a que, partindo do porto Mauá, na Baía da Guanabara, atingiu a raiz da serra de Petrópolis, o que lhe valeu o título de Barão. Discursando perante o Imperador, antevia

aquele meio de comunicação unindo a corte ao Rio das Velhas, o São Francisco e seus tributários, transformando "o Rio de Janeiro num centro de comércio, indústria, riqueza, civilização e força que nada tenha a invejar a ponto algum do mundo". Associou-se à segunda ferrovia estabelecida no país e à primeira inversão inglesa nesse ramo, a Recife and São Francisco Railway Company. Concorreu substancialmente para a terceira ferrovia aqui construída, a D. Pedro II, atual Central do Brasil. Foi sócio da quarta, a Bahia and São Francisco Railway Company, organizada em Londres. O quinto empreendimento ferroviário do Brasil foi a Estrada de Ferro Santos—Jundiaí, que se chamou igualmente São Paulo Railway, ligando a capital paulista ao porto de Santos. Dessa obra Mauá foi artífice, empreiteiro, obtendo a concessão, organizando-a em Londres, a fim de obter o capital necessário. Perdeu-a por causa de chicanas dos tribunais, motivo principal talvez de sua falência. O último envolvimento de Mauá em ferrovias foi a Estrada Rio Verde, mais tarde conhecida por Minas—Rio, de cuja participação desistiu, quando já se encontrava em moratória.

Releva notar, finalmente, na atuação desse incansável empreendedor, a de banqueiro. Aproveitando a disponibilidade de capitais que a suspensão do tráfico de escravos em 1850 propiciava, organizou, em 1851, o Banco do Brasil (o segundo desse nome) e que, fundido em 1853 com o Banco do Comércio, já existente, deu nascimento ao terceiro Banco do Brasil, com monopólio das emissões. Não concordando, com a concentração emissora estabelecida, em 1854 fundou o Banco Mauá, Mac Gregor & Cia, projetando-o como o maior do país, com filiais na Europa, Estados Unidos, Argentina, Uruguai e em numerosas cidades do território nacional.

Esta lista incompleta dos empreendimentos de Mauá, não relacionados aqui na ordem cronológica de suas fundações, permitem-nos inferir do sentido da orientação imprimida à sua obra econômica.

Obedeceu inegavelmente a um critério realista e essencialmente prático das necessidades nacionais do tempo.

Explica-se, desse modo, seu interesse inicial pela indústria pesada (construção naval, metalurgia), considerada por ele a mãe das outras indústrias; pelos transportes ferroviário, marítimo e urbano; pelas comunicações e melhoramento das cidades; pela disseminação dos bancos para facilitar crédito à produção. Isso demonstra o descortino claro do desenvolvimento dos caminhos mais convenientes para nós, o que o levou a criar com audácia os instrumentos necessários para atender a tais objetivos. Enfrentava, corajosamente, os obstáculos que tolhiam o progresso nacional, como a falta de setores manufatureiros, as longas distâncias que dificultavam as transações de negócios, a carência de meios para atividades criadoras, o atraso urbano. Introduzindo nova

tecnologia, e inserindo outro componente de magna importância em nosso aparelho produtor — a fabricação de artigos industriais —, mudava o perfil de nossa economia, dando-lhe maiores dimensões. Associava-se ao capital estrangeiro, quando julgava necessário, embora consciente das elevadas remunerações por ele exigidas. Apelou para o espírito de associação empresarial, visando multiplicar as forças e recursos para o bom êxito das iniciativas materiais.

Concededor aprofundado da realidade brasileira, não seguia as teorias econômicas liberais alienígenas, apesar de muito difundidas, por julgá-las impraticáveis entre nós, prejudiciais aos nossos interesses e por contribuírem para manter a estagnação vigente. Tal percepção provinha-lhe da avaliação justa das necessidades de que padecíamos e das capacidades latentes inaproveitadas que possuíamos, das quais tomou consciência quando jovem, ouvindo conversas entre negociantes traquejados no ofício, homens de negócios e políticos experientes, nas leituras que fazia das publicações nacionais e estrangeiras, e nas longas meditações a que se dedicava e viagens ao exterior. Eram, portanto, convicções e opiniões alicerçadas em observações atentas e prolongadas que se iam formando nele. Não se tratava, por conseguinte, de meras improvisações ou idealismo sonhador, embora seu biógrafo, Alberto de Faria, diga que Mauá se julgava um iluminado.

Foi um múltiplo homem de negócios, capitalista na mais alta acepção do termo, aspirando ardentemente implantar e desenvolver o capitalismo no Brasil, pretendendo com isso banir o retardo latifundiário e monopolizar o comércio. Foi um homem de negócios, capitalista na mais alta acepção do termo, aspirando ardentemente implantar e desenvolver o capitalismo no Brasil, pretendendo com isso banir o retardo latifundiário e monopolizar o comércio.

E era disso que o Brasil precisava ansiosamente para sair do anacronismo material e social em que vivia. Representou, nessas condições, papel singular em nossa história, tornando-se figura louvada ou criticada, discutida e lembrada até agora. Era um inimigo social do regime, o que lhe acarretou não poucos adversários, a começar pelo Imperador, trazendo-lhe em consequência bastantes dissabores e transtornos nos negócios. Contudo, apesar de seu fracasso pessoal no fim da vida, sua obra foi grandiosa, de imenso vulto e significação, constituindo um marco de relevo, o que levou J. F. Normano a falar em "pequena revolução de Mauá". A importância do que executou no campo material reside em ter representado a aspiração

mais avançada do seu tempo, contribuindo para o progresso da nação.

Não vamos julgá-lo, no entanto, porque não é este o nosso objetivo. Mencionamos apenas suas realizações mais salientes, como exemplo de concretização de uma tendência ao momento histórico em que viveu e do qual foi sem dúvida o mais lídimo representante.

Mas, além de empreendedor audaz e talvez por isso mesmo, Mauá, como já dissemos, estudou nossos assuntos econômicos e financeiros, pois a teoria econômica estava intrinsecamente ligada à sua atuação prática. Daí a interferência direta que teve nas questões bancárias, esforçando-se por erguer um mercado de capitais destinado a incrementar nossa expansão material.

A função de banqueiro exercida por Mauá talvez tenha sido a mais trabalhosa, porém, constituiu indubitavelmente, aquela que lhe deu maior realce, tanto aqui quanto no exterior, sendo frequentemente a mais visada pelos seus críticos. Através dela, no entanto, pôde desenvolver sua extensa e profícua ação industrial e comercial, pois essa função servia de respaldo a todos os seus empreendimentos. Foi ainda atuando nesse campo que foram brotando as ideias que lhe possibilitaram formular suas concepções a respeito dos problemas econômicos, financeiros e particularmente monetários de nosso país.

Estas ideias financeiras e monetárias de Mauá resultaram de sua experiência cotidiana, fixando, em sua acuidade intelectual, os pontos de vista depois defendidos; ele mesmo disse que suas reflexões eram frutos de "uma experiência e estudo práticos de mais de meio século das coisas do nosso país".

Mauá não aceitou as teorias dos clássicos nas questões monetárias, por julgá-las inadequadas às nossas condições, elaboradas em outros lugares e desvinculadas de nossa realidade. Escreveu por isso: "cumprir estar prevenido contra certas ideias apregoadas por parte de doutrinários inflexíveis, as quais nem sempre são aplicáveis a países onde as causas que determinaram certos fenômenos são diversas e portanto o regime aconselhado como salvador de altos interesses para uns, daria em resultado ficarem estes seriamente comprometidos em outros, se o bom senso não repelisse o presente grego que os chamados mestres da ciência lhe querem impor." Em seguida acrescentou: "... o que têm dito e escrito os mestres da ciência econômica não nos constrange e nem nos assustam as doutrinas por eles apregoadas, elevadas à categoria de axiomas, tratando-se de moedas." Sua observação e atuação prática indicavam-lhe o caminho diferente, apresentando, em vista disso, concepções próprias, como aconteceria mais tarde com Rui Barbosa e Roberto Simonsen. Dizia que em vão procurou-se um valor tipo com o

qual fossem comparados todos os outros valores, falhando ou esbarrando-se as pretensões, com a impossibilidade de determinar a importância da participação de agentes naturais na sua formação, sendo certo haver, para uns, soma de esforços pessoais para produzi-lo, e para outros, predominando maior auxílio de agentes naturais, concluindo ser viciosa a teoria da moeda, economicamente falando, e não responder à questão que pretende resolver. O verdadeiro tipo de valor, tanto em moeda quanto em outros objetos, é a oferta e a demanda. Entre nós, para se conseguir uma circulação metálica, seria necessário aumentar a produção em tão alta escala, que fosse capaz de produzir saldo em nosso balanço de pagamentos, para o qual não dispúnhamos de recursos nem de meios, ou então importar metais, que em nosso caso, possivelmente, veríamos regressar pelo mesmo pacote, o que constituiria o cúmulo dos disparates: o absurdo não se discute, rejeita-se. Repelia categoricamente a teoria clássica da moeda.

Devido à deficiência notória de metais preciosos para a troca, tornou-se preciso recorrer à criação dos papéis de banco, decorrendo daí que os países possuidores de amplos recursos para manter ótimo o meio circulante, puderam substituí-los, temporariamente e com vantagem, pelo papel inconvertível de bancos de inteiro crédito que, forçados por circunstâncias especiais, foram compelidos a conservar em sua carteira, em lugar de ouro, os títulos particulares de bom crédito e do Estado, representando suas notas em circulação.

Partindo desse princípio e com vistas ao Brasil, considerou a guerra contra a Confederação Argentina a causa da copiosa emissão do nosso primeiro Banco do Brasil, que se tornou papel inconvertível, transformando-se no único meio circulante do país. Era, conseqüentemente, uma constatação que Mauá fazia. Esta a origem de papélista, que lhe foi atribuída por uns e negada por outros, como se se tratasse de horrível mancha.

Ao propugnar pelas emissões de papel inconvertível, Mauá tinha em mira promover recursos para o desenvolvimento, através do incentivo ao aparecimento e expansão de empresas em nosso meio (e não somente para as suas, como alguns lhe assacaram). Lembremos que unicamente entre 1857 e 1860, organizaram-se no Império mais de 80 companhias, quase todas com privilégios, subvenções e outros favores concedidos pelo governo. Por isso escreveu que, desde 1850, já se operavam transformações nesse sentido, devido ao espírito de associação que começava a dar os primeiros passos, assustando os rotineiros, que procuravam "atar as pernas do gigante, com receio de que, caminhando, pudesse cair, impedindo com isso maior desenvolvimento das forças produtivas, pela falta de instrumentos que servissem de motor às transações". O receio dos conservadores era que as emissões se transformassem nos tristemente célebres "assinados" franceses; a fim de prevenir, recomendavam "marchar com pausa, meditação e estudo prático — pois é uso que preconizamos e jamais o abuso." Continuação na página 6